

EDITAL Nº 02/2025-PM

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO MUNICÍPIO DE MAURITI-CE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI, com sede na Av. Senhor Martins de Moraes, s/nº, Bela Vista, Mauriti, Ceará, inscrita no CNPJ sob o nº 07.655.269/0001-55 e a UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI (URCA), com endereço na Rua Cel. Antônio Luiz, nº 1161, Pimenta, Crato-CE, inscrita no CNPJ sob o nº 06.740.864/0001-26, com a intervenção financeira da FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO CARIRI (FUNDETEC), com endereço na Rua Teófilo Siqueira, nº 734, Pimenta, Crato-CE inscrita no CNPJ de nº 02.108.061/0001-00, torna pública a abertura de inscrição e estabelece as normas relativas ao CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE MAURITI, CEARÁ, mediante condições estabelecidas neste edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1. O Concurso Público será regido por este Edital e executado pela Universidade Regional do Cariri (URCA), através da Comissão Executiva do Vestibular (CEV) com apoio da Prefeitura Municipal de Mauriti, Estado do Ceará, tendo como finalidade o provimento de **136 (cento e trinta e seis) vagas mais cadastro de reserva** para os cargos efetivos descritos no Anexo III (Quadros de Vencimentos, Qualificação e Carga Horária), conforme distribuição de vagas descritas no Anexo I (Quadros de Vagas) deste Edital.
- 1.2. O Edital, contendo as normas, exigências e instruções relativas à participação do candidato no Concurso Público, estará à disposição dos interessados no site www.urca.br/cev.
- 1.3. O Concurso Público de que trata este Edital será realizado em uma, duas ou três etapas, a depender do cargo, conforme descrito a seguir:
 - 1.3.1 Para o cargo de Procurador Jurídico haverá três etapas, a saber: PROVA ESCRITA OBJETIVA, PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA e PROVA DE TÍTULOS.
 - 1.3.2 Para os demais cargos de nível superior (com exceção de Procurador Jurídico) haverá duas etapas, a saber: PROVA ESCRITA OBJETIVA e PROVA DE TÍTULOS.
 - 1.3.3 Para os demais cargos, o concurso será realizado em etapa única, a saber: PROVA ESCRITA OBJETIVA.
 - 1.3.4 A PROVA ESCRITA OBJETIVA, de caráter eliminatório e classificatório, será a primeira etapa para os cargos com mais de uma etapa, e etapa única para os demais cargos;
 - 1.3.5 A PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA, de caráter eliminatório e classificatório, será a **segunda etapa para o cargo de Procurador Jurídico**;
 - 1.3.6 A PROVA DE TÍTULOS, de caráter classificatório, será a **segunda etapa para os cargos de nível superior, com exceção de Procurador Jurídico, e a terceira etapa para o cargo de Procurador Jurídico**, conforme previsto no Anexo II (Cronograma de Execução do Concurso).
- 1.4. Para os cargos de nível médio e/ou técnico, o concurso se encerrará quando finalizar a etapa de PROVA ESCRITA OBJETIVA, ficando estes cargos aptos para homologação pelo Executivo Municipal.
- 1.5. Para os cargos de nível superior, o concurso se encerrará após finalizada a PROVA DE TÍTULOS, momento em que estarão aptos para homologação pelo Executivo Municipal.
- 1.6. O cargo de Procurador Jurídico será acompanhado, em todas as suas fases, por um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, devidamente credenciado, conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 01/2029.
- 1.7. O prazo de validade do concurso será de 02 (dois) anos, a contar da data da homologação do resultado final, prorrogável, uma única vez, por igual período, mediante ato motivado da autoridade competente, condição necessária à prorrogação.
- 1.8. São partes integrantes deste edital o conteúdo dos Anexos I, II, III, IV, V e VI descritos a seguir:
 - a) Anexo I – Quadros Vagas;
 - b) Anexo II – Cronograma de Execução do Concurso;
 - c) Anexo III – Quadros de Vencimentos, Qualificação e Carga Horária;
 - d) Anexo IV – Conteúdo Programático;
 - e) Anexo V – Formulário de Títulos;
 - f) Anexo VI – Atribuições dos Cargos.
- 1.9. As normas e disposições estabelecidas neste Edital e as datas referentes ao concurso poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhe disser respeito, circunstâncias que serão mencionadas em ordem de serviço, instrução normativa, aditivo e comunicado a ser baixado pela CEV/URCA e divulgado no endereço eletrônico <http://www.urca.br/cev>.
- 1.10. Não serão enviados cartões de convocação nem e-mails, devendo o candidato tomar conhecimento dos locais e horários de aplicação das provas por meio do endereço eletrônico www.urca.br/cev.
- 1.11. O prazo decadencial de impugnação de quaisquer cláusulas deste edital será de até 02 (dois) dias úteis, conforme cronograma.
- 1.12. As impugnações deverão ser formuladas por escrito, por meio de requerimento devidamente assinado e encaminhado via e-mail: mauriti2025@urca.br, endereçadas à Presidência da CEV, que terá até 04 (quatro) dias corridos para responder.
- 1.13. Não serão aceitos pedidos de impugnação fora dos prazos previstos no item 1.11, nem aqueles que sejam apresentados de modo diverso do previsto no item 1.12.

2. DAS VAGAS E DOS CARGOS

- 2.1. O número de vagas por cargo e cadastro de reserva (CR) encontram-se especificados no Anexo I deste Edital. A jornada de trabalho e a remuneração será de acordo com o disposto no Anexo III, ou em consonância com a necessidade administrativa para a execução dos serviços, conforme legislação pertinente. A qualificação exigida para cada cargo e as atribuições dos cargos encontram-se também no Anexo VI deste Edital.
- 2.2. Das vagas ofertadas no Edital do Concurso Público, aos cargos com número igual ou superior a 3 (três) vagas, um mínimo de 5% (cinco por cento) será destinado aos candidatos com deficiência, desde que esta deficiência não os impossibilite ao exercício do cargo, e aos cargos com número igual ou superior a 2 (duas) vagas, um mínimo de 20% (vinte por cento) será destinado a candidatos negros (pretos ou pardos), conforme regras estabelecidas no item 7 deste Edital.
- 2.3. Os candidatos cotistas poderão concorrer, no concurso público, tanto às vagas reservadas quanto às vagas destinadas à livre concorrência, não sendo computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas aquele candidato que obtiver aprovação dentro das vagas ofertadas para a livre concorrência.
- 2.4. Os candidatos cotistas aprovados para **cadastro de reserva**, que também tenham nota suficiente para ampla concorrência, permanecerão classificados simultaneamente nas listas de ampla concorrência e de cotas (pessoas com deficiência e/ou negros), sem liberação antecipada das vagas reservadas.
- 2.5. Para os candidatos aprovados em cadastro de reserva, a definição da forma de convocação (pela ampla concorrência ou pelas vagas reservadas para cotistas) será realizada no ato do chamamento para a posse, observada a posição do candidato em cada lista, de modo a garantir-lhe a situação mais vantajosa.

- 2.6 Os cargos de Médico Veterinário estão distribuídos em duas secretarias do município, a saber: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde. Para a distribuição dos cargos de Médico Veterinário, a lotação seguirá rigorosamente a ordem de classificação no certame, observados os critérios a seguir:
- 2.6.1 O candidato a Médico Veterinário melhor classificado escolherá a Secretaria Municipal onde exista vaga disponível, conforme o Anexo I (Quadro de Vagas).
- 2.6.2 O candidato a Médico Veterinário subsequente escolherá, dentre as vagas remanescentes, a Secretaria disponível, conforme o Anexo I (Quadro de Vagas) ou será lotado necessariamente na única vaga remanescente, quando não lhe couber mais de uma opção.
- 2.6.3 A escolha e a lotação dos candidatos obedecerão, de forma estrita, à ordem de classificação final no certame, independentemente de a aprovação ter ocorrido pela ampla concorrência ou pelas vagas reservadas (cotistas).
- 2.6.4 A convocação de candidatos do cadastro de reserva, caso ocorra, observará integralmente os mesmos critérios estabelecidos neste subitem e em seus desdobramentos.

3. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

- 3.1 Para efeitos de ingresso na carreira, **serão exigidas as habilitações profissionais estabelecidas nos instrumentos legislativos específicos de cada categoria**, como também no Edital do concurso público, de acordo com a qualificação exigida conforme previsto no Anexo III deste Edital.
- 3.2 O candidato aprovado no concurso público de que trata este Edital, será investido no cargo se atender às seguintes exigências, na data da posse:
- 3.2.1 Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro que obtiveram naturalização na forma da Lei;
- 3.2.2 Ter 18 (dezoito) anos de idade (observadas as disposições previstas pelo inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);
- 3.2.3 Estar quite com o serviço militar, exceto para os candidatos do sexo feminino, e com a Justiça Eleitoral, para todos os candidatos;
- 3.2.4 Possuir habilitação exigida para o desempenho das atribuições do cargo;
- 3.2.5 Possuir registro atualizado nos Conselhos ou Ordens que o exijam, por força de lei, para atuar na respectiva profissão;
- 3.2.6 Apresentar certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito das Justiças Estadual e Federal, da jurisdição onde morou nos últimos 05 (cinco) anos;
- 3.2.7 Comprovar estar em perfeitas condições de saúde para o regular desempenho do cargo, mediante apresentação de laudo médico do trabalho à Junta Médica Oficial do Município de Mauriti (CE);
- 3.2.8 Apresentar Certidão fornecida pelos órgãos do Poder Judiciário (Justiça Federal e Estadual), comprovando a inexistência de condenação pela prática de crime doloso com trânsito em julgado;
- 3.2.9 Não ter sido demitido ou exonerado do serviço público (federal, estadual ou municipal), em consequência de processo administrativo disciplinar;
- 3.2.10 Possuir, no ato da nomeação, os documentos comprobatórios da escolaridade e/ou preencher os requisitos exigidos para o cargo;
- 3.3 O candidato que, na data da posse, não reunir os requisitos enumerados nos subitens anteriores, perderá o direito à investidura no cargo para o qual concorreu.

4. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

- 4.1 Os candidatos poderão solicitar ISENÇÃO do pagamento da taxa de inscrição, em uma das seguintes categorias:
- a) **DOADORES DE SANGUE** do estado do Ceará que atendam aos requisitos da Lei Estadual nº 12.559, de 29 de dezembro de 1995;
- b) **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**, de acordo com a Lei Estadual nº 13.830, de 16/11/2006.
- 4.2 O prazo para preenchimento do **requerimento de isenção da taxa de inscrição** do concurso será a partir das 8h do dia 22/9/2025 até às 23h59 do dia 24/9/2025, **EXCLUSIVAMENTE PELA INTERNET**, através do sítio eletrônico www.urca.br/cev, e deverá anexar toda a documentação pertinente à categoria de isenção.
- 4.3 No ato da solicitação de isenção, o candidato deve ler atentamente as instruções, preencher os dados nos campos requeridos, anexar toda a documentação necessária para cada categoria e, em seguida, imprimir ou salvar o comprovante de requerimento de isenção.
- 4.4 A documentação a ser anexada deverá estar em arquivo no formato PDF com tamanho máximo de 2 MB.
- 4.5 O candidato que anexar a documentação em formato e tamanho diferentes do especificado no subitem 4.4 terá sua solicitação de isenção indeferida.
- 4.6 Os documentos de comprovação da categoria de isenção deverão ser enviados exclusivamente no *link* destinado para esse fim no site www.urca.br/cev. A CEV não receberá, em hipótese alguma, documentos de comprovação por meio de outros canais, tais como e-mail ou whatsapp, por exemplo, nem tampouco documentos físicos.
- a) **DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA CANDIDATO DOADOR DE SANGUE:**
Cópia do documento de identidade e da emissão do CPF quando o número deste não constar no documento de identidade;
Cópia da certidão expedida pelo Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará – HEMOCE, conforme estabelecido no Art. 2º da Lei Estadual nº 12.559/1995 do Estado do Ceará, de no mínimo 02(duas) doações no período de um ano, tendo sido a última doação no prazo máximo de 12 (doze) meses anterior à data da realização do concurso.
- b) **DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:**
Cópia do documento de identidade e da emissão do CPF quando o número deste não constar no documento de identidade;
Cópia autenticada em cartório do Laudo Médico, emitido até 30 (trinta) dias antes da publicação deste Edital, indicando o tipo, o grau ou nível de deficiência com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID), a causa da deficiência, bem como indicando se esta é compatível com o exercício do cargo para o qual concorrerá.
- 4.7 São considerados documentos de identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública ou pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe, que por força de Lei Federal tenha validade como documento de identidade, ou da cédula de identidade, para estrangeiros, emitida por autoridade brasileira, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/1997).
- 4.8 A Prefeitura Municipal de Mauriti e a Comissão Executiva do Vestibular (CEV/URCA) não se responsabilizarão, quando os motivos de ordem técnica não lhes forem imputáveis, por inscrições não recebidas por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falhas de impressão, problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados.
- 4.9 Não serão recebidos nem aceitos pedidos de isenção ou anexar documentos fora dos prazos, na forma estabelecida neste Edital.
- 4.10 A isenção de que trata este Edital não será concedida ao candidato que:
- a) Deixar de efetuar o preenchimento do Requerimento de Isenção na página do concurso;
- b) Anexar documentação incompleta e/ou em desacordo com as disposições deste Edital;
- c) Omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- d) Realizar declaração falsa ou anexar documentação falsificada, sem prejuízo de ser responsabilizado no âmbito civil ou criminal.
- 4.11 O RESULTADO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DEFERIDOS E INDEFERIDOS será divulgado no sítio eletrônico www.urca.br/cev, conforme Anexo II deste Edital (Cronograma de Execução do Concurso).
- 4.12 O candidato que tiver o seu pedido de isenção INDEFERIDO poderá interpor recurso através do site www.urca.br/cev, conforme Anexo II deste Edital (Cronograma de Execução do Concurso).

- 4.13 O Resultado do julgamento dos recursos será divulgado através do site www.urca.br/cev, conforme Anexo II deste Edital (Cronograma de Execução do Concurso).
- 4.14 O deferimento da isenção da taxa de inscrição **não implica inscrição automática** no concurso. O candidato beneficiado pela isenção deverá, obrigatoriamente, efetuar sua inscrição dentro do prazo estabelecido neste Edital, seguindo os mesmos procedimentos dos demais candidatos, **exceto quanto ao pagamento da taxa.**

5 DAS INSCRIÇÕES

- 5.1 As inscrições serão realizadas **online** no período de 25 de setembro a 16 de outubro de 2025, com início às 8h do dia 25/9/2025 e término às 23h59 do dia 16/10/2025, através do endereço eletrônico www.urca.br/cev. O candidato deverá preencher o Requerimento Eletrônico de Inscrição na INTERNET, indicar o código de opção do cargo para o qual concorrerá, de acordo com o Anexo I deste Edital; **confirmar os dados cadastrados e imprimir ou salvar o Requerimento Eletrônico e o boleto bancário.**
- 5.2 O candidato poderá se inscrever em até dois cargos no certame, desde que sejam um de nível médio ou médio técnico e um de nível superior, com exceção dos candidatos ao cargo de Procurador Jurídico.
- 5.2.1 Essa limitação se deve à coincidência dos horários de aplicação das provas, o que impossibilita a inscrição em dois cargos do mesmo nível e, no caso de Procurador Jurídico, a dois cargos distintos.
- 5.3 O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição através de boleto bancário com vencimento para o **dia 17 de outubro de 2025**, conforme valor discriminado a seguir:
- a) R\$ 150,00 (cento e cinquenta Reais) para os cargos de nível médio;
 - b) R\$ 180,00 (cento e oitenta Reais) para os cargos de nível médio/técnico;
 - c) R\$ 220,00 (duzentos e vinte Reais) para os cargos de nível superior.
- 5.4 PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO:
- 5.4.1 O candidato deverá ler atentamente o Edital disponível no endereço eletrônico www.urca.br/cev, na aba “Concursos e Seleções”.
- 5.4.2 Preencher o Requerimento Eletrônico de Inscrição na INTERNET (mesmo que já tenha sido contemplado com a isenção), indicar o código de opção do cargo para o qual concorrerá, de acordo com o Anexo I deste Edital; confirmar os dados cadastrados, imprimir ou salvar o Requerimento de Inscrição e emitir o boleto bancário para os candidatos pagantes.
- 5.4.3 Antes de efetuar o pagamento, o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para a inscrição.
- 5.4.4 Efetuar o pagamento da inscrição conforme descrito no item 5.3 deste Edital.
- 5.5 O boleto bancário será emitido em nome do requerente e deverá ser salvo ou impresso em condições legíveis para possibilitar a correta leitura dos dados e do código de barras.
- 5.6 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.
- 5.7 Confirmados os dados no Requerimento Eletrônico de Inscrição, não serão aceitos, em nenhuma hipótese, transferência de inscrição ou da isenção da taxa de inscrição entre pessoas, nem alteração da inscrição do concorrente na condição de candidato da ampla concorrência para a condição de PESSOA COM DEFICIÊNCIA.
- 5.8 A não confirmação do pagamento da taxa de inscrição pelo banco recebedor, determinará o INDEFERIMENTO automático do Requerimento Eletrônico de Inscrição.
- 5.9 As informações constantes no Requerimento Eletrônico de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, eximindo-se a Prefeitura Municipal de Mauriti e a Comissão Executiva do Vestibular (CEV/URCA) de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, endereço inexato ou incompleto ou código incorreto, referente ao cargo pretendido fornecido pelo candidato.
- 5.10 Qualquer ALTERAÇÃO referente aos dados pessoais deverá ser feita **até o dia 16 de outubro de 2025** através do site www.urca.br/cev, acessando a página do candidato. **Após este prazo, nenhuma alteração poderá ser efetuada.**
- 5.11 A Prefeitura Municipal de Mauriti e a Comissão Executiva do Vestibular (CEV/URCA) não se responsabilizarão, quando os motivos de ordem técnica não lhes forem imputáveis, por inscrições não computadas por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falhas de impressão, problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a transferência dos dados e a impressão do boleto bancário.
- 5.12 A inscrição somente será processada e validada após a confirmação pela instituição bancária ao Município de Mauriti, que informará à CEV/URCA, a efetivação do pagamento do valor da taxa de inscrição concernente ao candidato, sendo automaticamente INDEFERIDA a inscrição em que o pagamento não for comprovado.
- 5.13 É dever do candidato conservar sob sua guarda cópia do Requerimento de Inscrição e do boleto bancário pago, inclusive quando da realização das provas, de maneira a dirimir eventuais dúvidas.
- 5.14 Serão tornadas sem efeito as inscrições cujos pagamentos forem efetuados após a data estabelecida no subitem 5.3 deste Edital, não sendo devido ao candidato qualquer ressarcimento da importância paga extemporaneamente.
- 5.15 Não será aceito pagamento da taxa de inscrição através de depósito em caixa eletrônico, transferência ou depósito em conta corrente, pix diferente do que está especificado no QR Code do boleto de pagamento emitido no ato da inscrição, DOC, TED, cheque, ordens de pagamento ou qualquer outra forma diferente daquela prevista neste Edital.
- 5.16 É vedada a transferência do valor pago referente à taxa de inscrição para terceiros e para outros concursos.
- 5.17 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição NÃO SERÁ DEVOLVIDO em hipótese alguma, salvo em caso de anulação do certame por conveniência da Administração.

6 DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

- 6.1 A inscrição somente será considerada válida após a confirmação do pagamento do respectivo boleto bancário pela instituição financeira.
- 6.2 Para comprovação da inscrição, o candidato deverá ter em mãos o Requerimento Eletrônico de Inscrição e o boleto da taxa de pagamento original, devidamente quitado, sem rasuras e/ou emendas, em que conste a data da efetivação do pagamento, conforme cronograma de execução.
- 6.3 O resultado preliminar das inscrições DEFERIDAS E INDEFERIDAS será divulgado através do site www.urca.br/cev, conforme Anexo II (Cronograma de Execução do Concurso), para que os candidatos possam consultar se sua inscrição foi efetivada.
- 6.4 O candidato que pagou a taxa de inscrição ou que foi isento, conforme as exigências descritas neste Edital, havendo inconsistência no resultado do deferimento, poderá interpor recurso devidamente fundamentado, através do site www.urca.br/cev, conforme cronograma de execução, podendo o candidato anexar ao recurso documento digitalizado necessário à comprovação da reclamação, desde que não seja juntada de novos documentos.
- 6.5 A via original do comprovante do boleto bancário pago, bem como toda documentação e informações que o candidato julgar necessárias à comprovação da regularidade de sua inscrição, devem ser encaminhados em cópias digitalizadas, e anexadas no ato ao preenchimento do recurso **online**.
- 6.6 O Parecer do julgamento dos recursos será divulgado através do site www.urca.br/cev, conforme Anexo II (Cronograma de Execução do Concurso).
- 6.7 O resultado final das inscrições DEFERIDAS E INDEFERIDAS, será divulgado através do site www.urca.br/cev, conforme Anexo II (Cronograma de Execução do Concurso), para que os candidatos possam consultar se sua inscrição foi efetivada.

7 DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS COTISTAS

- 7.1 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

- 7.1.1 Às pessoas com deficiência será assegurada a reserva de vaga, neste concurso público, na proporção mínima de 5% (cinco por cento) do número de vagas providas por cargo, na forma do subitem 7.1.3, durante a validade do presente concurso, nos termos do Decreto nº 9508/18, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a respectiva deficiência.
- 7.1.2 As frações decorrentes do cálculo do percentual deverão ser elevadas até o primeiro número inteiro subsequente.
- 7.1.3 **A reserva imediata de vagas por regionalização/especialidade para Pessoa com Deficiência será aplicada somente nos cargos com 3 (três) ou mais vagas.**
- 7.1.4 Para fins desta reserva, entende-se por regionalização/especialidade a subdivisão do cargo por localidade de atuação, área de trabalho ou requisito específico de atuação, quando houver distinção que justifique a diferenciação das vagas.
- 7.1.5 Nos cargos em que a distribuição de vagas é feita por regionalização, será garantida a reserva mínima de 5% das vagas para PcD, desde que o somatório de vagas em cada setor/regionalização por cargo seja igual ou maior do que o previsto no subitem 7.1.3.
- 7.1.6 Para concorrer como Pessoa com Deficiência, o candidato deverá preencher o Requerimento de Inscrição *online*, nos termos do subitem 5.4.2 deste Edital, declarando que pretende participar do concurso como Pessoa com Deficiência e especificar no campo indicado o tipo de deficiência que possui.
- 7.1.7 O candidato que não proceder conforme as orientações do subitem anterior NÃO será considerado como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, perdendo o direito à reserva de vaga e passando à ampla concorrência.
- 7.1.8 A COMPATIBILIDADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COM O CARGO NO QUAL SE INSCREVEU SERÁ DECLARADA PELA JUNTA MÉDICA DO MUNICÍPIO, PERDENDO O CANDIDATO O DIREITO À NOMEAÇÃO CASO SEJA CONSIDERADO INAPTO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO.
- 7.1.9 A Administração Municipal divulgará através de Edital de Convocação, a data, horário e local de realização para a avaliação da deficiência indicada pelos candidatos aprovados que concorreram às vagas destinadas a Pessoa com Deficiência.
- 7.1.10 Os candidatos aprovados e convocados para a perícia médica, deverão estar munidos de documento de identidade original e de laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), que ateste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), conforme especificado no Decreto nº 3.298/1999 e suas alterações, bem como a provável causa da deficiência, e, se for o caso, de exames complementares específicos que comprovem a deficiência física.
- 7.1.11 O laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), será retido por ocasião da realização da perícia médica.
- 7.1.12 Perderá o direito à vaga reservada a Pessoas com Deficiência o candidato que, por ocasião da perícia médica, não apresentar laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), ou que apresentar laudo fora das especificações exigidas neste edital, no ato de convocação ou na legislação vigente, bem como o que não for qualificado na perícia médica como Pessoa com Deficiência, ou ainda, que não comparecer à perícia.
- 7.1.13 Caso a deficiência não esteja de acordo com os termos da Organização Mundial de Saúde e da Legislação supracitada, a classificação como Pessoa com Deficiência será desconsiderada, passando o candidato à listagem geral de classificação, observando a estrita ordem de classificação geral.
- 7.1.14 O candidato que se declarar Pessoa com Deficiência participará em igualdade de condições com os demais candidatos, em todas as suas fases, no que se refere ao conteúdo, à avaliação, ao local de aplicação das provas e à pontuação mínima exigida para todos os demais candidatos, sendo expressamente vedado o favorecimento destes ou daqueles no que se refere às condições para sua aprovação.
- 7.1.15 Os candidatos inscritos como Pessoa com Deficiência concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à livre concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso, não sendo computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas aquele candidato que obtiver aprovação dentro das vagas ofertadas para a livre concorrência.
- 7.1.16 O candidato inscrito como Pessoa com Deficiência, se aprovado na ampla concorrência, terá seu nome divulgado tanto na lista geral de aprovados por cargo quanto na lista específica de candidatos por cota, sem que sua aprovação seja computada para preenchimento da vaga reservada.
- 7.1.17 No caso de candidatos cotistas como Pessoa com Deficiência aprovados para **cadastro de reserva**, que também tenham nota suficiente para ampla concorrência, permanecerão classificados simultaneamente nas listas de ampla concorrência e de cotas, sem liberação antecipada das vagas reservadas.
- 7.1.18 Em caso de desistência de candidato PcD aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato PcD posteriormente classificado.
- 7.1.19 Não **havendo candidato aprovado para a vaga reservada a Pessoa com Deficiência**, tanto em vaga imediata quanto em cadastro de reserva, esta será preenchida por candidato da livre concorrência, com estrita observância da ordem de classificação geral.
- 7.2 CANDIDATOS NEGROS (PRETOS OU PARDOS)
- 7.2.1 Ficam reservadas às pessoas negras (pretas ou pardas) a proporção mínima de 20% (vinte por cento) do número de vagas providas por cargo, na forma do subitem 7.2.3, durante a validade do presente concurso.
- 7.2.2 As frações decorrentes do cálculo do percentual deverão ser elevadas até o primeiro número inteiro subsequente.
- 7.2.3 **A reserva imediata de vagas por regionalização/especialidade para candidatos negros será aplicada somente nos cargos com 2 (duas) ou mais vagas.**
- 7.2.4 Para fins desta reserva, entende-se por regionalização/especialidade a subdivisão do cargo por localidade de atuação, área de trabalho ou requisito específico de atuação, quando houver distinção que justifique a diferenciação das vagas.
- 7.2.5 Nos cargos em que a distribuição de vagas é feita por regionalização, será garantida a reserva mínima de 20% das vagas para candidatos negros, desde que o somatório de vagas em cada setor/regionalização por cargo seja igual ou maior do que o previsto no subitem 7.2.3.
- 7.2.6 Poderão concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros, aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição no concurso público, conforme o quesito cor ou raça, utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- 7.2.7 Para concorrer como candidato negro (preto ou pardo), o candidato deverá preencher o Requerimento de Inscrição *online*, nos termos do subitem 5.4.2 deste Edital, declarando que pretende participar do concurso como candidato negro (preto ou pardo).
- 7.2.8 O candidato que não declarar a pretensão de concorrer como candidato negro terá sua inscrição considerada na ampla concorrência.
- 7.2.9 Os candidatos negros passarão por procedimento de heteroidentificação para validação dos documentos de inscrição e verificação fenotípica dos aprovados no concurso autodeclarados negros (pretos ou pardos).
- 7.2.10 O processo de heteroidentificação será realizado por uma Comissão de Heteroidentificação qualificada para o procedimento, a cargo da Prefeitura Municipal de Mauriti, após o resultado final e antes da nomeação, em data a ser divulgada em convocatória do Executivo Municipal.
- 7.2.11 O candidato que não for reconhecido como negro na fase de heteroidentificação terá sua inscrição considerada na ampla concorrência, observando que, caso não alcance a nota mínima necessária para aprovação nessa modalidade, será eliminado do concurso, permanecendo a classificação em conformidade com a legislação aplicável.
- 7.2.12 As condições de interposição de recurso contra o resultado da Comissão de Heteroidentificação serão estabelecidas no ato da convocatória do Executivo Municipal para esse fim.
- 7.2.13 Na hipótese de se comprovar fraude ou prestação de informação falsa, apurado em qualquer tempo, ainda que posteriormente ao ingresso no cargo público decorrente de eventual aprovação, o candidato estará sujeito a perder a vaga e responder por conduta criminosa prevista no artigo 299 do Código Penal.
- 7.2.14 Os inscritos como candidato negro concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à livre concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso, não sendo computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas aquele candidato que obtiver aprovação dentro das vagas ofertadas para a livre concorrência.
- 7.2.15 Os inscritos como candidato negro, se aprovados na ampla concorrência, terão seus nomes divulgados tanto na lista geral de aprovados por cargo quanto na lista específica de candidatos por cota, sem que sua aprovação seja computada para preenchimento da vaga reservada.

- 7.2.16 No caso de candidatos negros inscritos nas cotas e aprovados para **cadastro de reserva**, que também tenham nota suficiente para ampla concorrência, permanecerão classificados simultaneamente nas listas de ampla concorrência e de cotas, sem liberação antecipada das vagas reservadas.
- 7.2.17 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.
- 7.2.18 **Não havendo candidato inscrito como candidato negro aprovado para a vaga reservada**, tanto em vaga imediata quanto em cadastro de reserva, esta será preenchida por candidato da livre concorrência, com estrita observância da ordem de classificação geral.
- 7.3 Havendo empate na classificação das vagas reservadas, serão aplicados para o desempate os critérios previstos no edital do certame para as vagas destinadas à livre concorrência.
- 7.4 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas total e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

8. DAS SOLICITAÇÕES E DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

- 8.1. A CEV/URCA, nos termos da legislação vigente, assegurará **CONDIÇÃO ESPECIAL** aos candidatos que dela comprovadamente necessitem.
- 8.2. O candidato que necessitar de condição especial para realização da prova, deverá informar em campo próprio do sistema de inscrição a necessidade que motiva a solicitação de atendimento especial, de acordo com as opções apresentadas nos subitens 8.2.1, 8.2.2 e 8.2.3, mediante preenchimento de requerimento padronizado e **ANEXAR OBRIGATORIAMENTE** a documentação solicitada.
- 8.2.1. **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**, de acordo com a Lei nº 7.853/1989 e o Art. 27, Incisos I e II do Decreto 3.298/1999, poderão, no ato da inscrição, solicitar procedimento especial para a realização das provas, mediante preenchimento de dados e anexação de laudo médico indicando o tipo, o grau ou nível de deficiência com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID), cópias do RG e CPF (ou apenas RG que contenha o número do CPF), além da indicação do procedimento solicitado, a saber: **Prova em Braille, Prova fonte ampliada (20), Auxílio de Ledor, Auxílio de Transcritor ou Auxílio de Ledor/Transcritor; Intérprete de Libras, Guia-intérprete, Leitura labial; Sala de fácil acesso e mobiliário acessível; sala individual e solicitação de tempo adicional de uma hora a mais do tempo previsto, para realização da Prova Objetiva.**
- 8.2.2. **A CANDIDATA LACTANTE** poderá, no ato da inscrição (ou em momento posterior, até 72 horas antes da aplicação da prova, na área do candidato), solicitar condição especial (credenciamento de acompanhante do bebê) para a amamentação durante a realização da Prova Escrita Objetiva, por meio do preenchimento de dados e da anexação de atestado médico, cópia do RG ou da Certidão de Nascimento da criança, cópias do RG e CPF (ou apenas RG que contenha o número do CPF) do(a) acompanhante, além de observar os procedimentos a seguir:
- a) Candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá, obrigatoriamente, levar um acompanhante adulto, **devidamente credenciado na CEV**, que ficará em sala reservada, sendo responsável pela guarda da criança durante o dia de realização das provas;
 - b) É vedado ao acompanhante da criança o acesso às salas de provas;
 - c) Quando ocorrer a necessidade da candidata lactante amamentar, o Coordenador de Área designará um Fiscal para acompanhá-la, conforme normas estabelecidas neste Edital, sob pena de eliminação do certame;
 - d) Qualquer comunicação durante a realização das provas, entre a candidata lactante e o(a) acompanhante, responsável deverá ser assistida pelo Fiscal;
 - e) Em hipótese alguma o(a) acompanhante da criança poderá fazer uso de dispositivos eletrônicos de comunicação;
 - f) Não será permitida a entrada do lactente (a criança) e de seu acompanhante responsável, após o fechamento dos portões;
 - g) A candidata lactante não poderá ter acesso à sala de provas acompanhada do lactente;
 - h) Não será autorizada a entrada do(a) acompanhante da criança ao local de aplicação das provas, se no credenciamento não tiver sido enviada toda a documentação correspondente da criança e do(a) acompanhante, inclusive o atestado médico, conforme descrito no subitem 8.2.2;
 - i) O atestado médico de que tratam o subitem 8.2.2 e a alínea “g” deste mesmo subitem poderá ser apresentado em modelo simples, devendo conter, no mínimo, o nome da candidata lactante, o nome da criança, a indicação da necessidade de amamentação durante a realização da prova, bem como o nome e o número de inscrição no CRM do médico responsável;
 - j) Em casos excepcionais, a CEV autorizará o credenciamento do(a) acompanhante da criança no prazo inferior a 72 horas antes da aplicação da Prova Escrita Objetiva, desde que seja apresentada toda a documentação indicada no subitem 8.2.2;
 - k) A CEV não autorizará que membros de sua equipe ou colaboradores designados para a aplicação do concurso assumam, em qualquer hipótese, a função de acompanhante ou de responsáveis pelos cuidados da criança durante a realização da prova, sendo tal responsabilidade exclusiva da candidata lactante e da pessoa por ela previamente cadastrada para esse fim.
- 8.2.3. **SITUAÇÕES OCASIONADAS POR ACIDENTE, PARTO OU DOENÇA** deverão ser comunicadas imediatamente à CEV/URCA, que avaliará a possibilidade de conceder atendimento especial ao candidato nos locais de aplicação de prova. O pedido deverá ser feito através da apresentação de requerimento, atestado médico, cópias do RG e CPF, junto à Comissão Executiva do Vestibular, até 72 horas antes da realização da prova.
- 8.3. A solicitação de tratamento especial indicada no subitem 8.2.3 deste Edital, será atendida segundo critérios de legalidade, viabilidade e razoabilidade, respeitando-se a data e o horário de realização das provas, fixadas neste Edital. **Em nenhuma hipótese a CEV atenderá solicitação de atendimento especial em domicílio ou hospital.**

9. DAS ETAPAS DO CONCURSO (PERFIL DE CLASSIFICAÇÃO E ESCALA DE HABILITAÇÃO)

- 9.1. **PROVA ESCRITA OBJETIVA** (Comum a todos os cargos)
- 9.1.1 A PROVA ESCRITA OBJETIVA terá caráter **classificatório e eliminatório**. Será atribuída pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com os critérios estabelecidos no item 12 deste Edital. Serão **DESCCLASSIFICADOS** nesta etapa os candidatos que obtiverem nota inferior a 50,0 (cinquenta) pontos do total da PROVA ESCRITA OBJETIVA.
- 9.1.2 Para os cargos em que a PROVA ESCRITA OBJETIVA constitua etapa única, serão também **DESCCLASSIFICADOS** os candidatos que, ainda que obtenham pontuação igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos, ocupem uma posição cujo número exceda o total de vagas acrescido do cadastro de reserva.
- 9.1.3 Os candidatos que atinjam pontuação igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos e não forem desclassificados nos termos dos subitens 9.1.1 e 9.1.2, serão considerados aprovados ou incluídos no cadastro de reserva, de acordo com a distribuição das vagas previstas no edital.
- 9.1.4 Para os cargos de nível superior, com exceção de Procurador Jurídico, também serão **DESCCLASSIFICADOS** os candidatos que, ainda que obtenham pontuação igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos, ocupem uma posição cujo número exceda o total de vagas acrescido do cadastro de reserva, excetuando-se os candidatos empatados na última posição.
- 9.1.5 Os candidatos que atinjam pontuação igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos e não forem desclassificados nos termos dos subitens 9.1.1 e 9.1.4 serão considerados habilitados para a PROVA DE TÍTULOS.
- 9.1.6 Para o cargo de **Procurador Jurídico**, também serão **DESCCLASSIFICADOS** os candidatos que, ainda que obtenham pontuação igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos, ocupem uma posição cujo número exceda o total correspondente a **quatro vezes o número de vagas acrescido do cadastro de reserva**, excetuando-se os candidatos empatados na última posição.

- 9.1.7 Os candidatos que atinjam pontuação igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos e não forem desclassificados nos termos dos subitens 9.1.1 e 9.1.6 serão considerados habilitados para a correção da PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA.
- 9.1.8 Só terão a PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA corrigida os candidatos habilitados nos termos do subitem anterior. A PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA dos candidatos desclassificados não será encaminhada para correção.
- 9.2 **PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA** (Para os cargos de Procurador Jurídico)
- 9.2.1 A PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA terá caráter **classificatório e eliminatório**. Será atribuída pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, de acordo com os critérios estabelecidos no item 13 deste Edital. Serão DESCLASSIFICADOS nesta etapa os candidatos que obtiverem nota inferior a 50,0 (cinquenta) pontos do total da prova.
- 9.2.2 A nota que definirá a posição do candidato, para fins de classificação após a correção da PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA e consequente habilitação para a PROVA DE TÍTULOS, será determinada pela média aritmética simples entre a pontuação obtida na PROVA ESCRITA OBJETIVA e na PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA.
- 9.2.3 Também serão DESCLASSIFICADOS nesta etapa os candidatos que, ainda que obtenham nota igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos – calculada conforme o subitem 9.2.2 – ocupem uma posição cujo número exceda o total de vagas acrescido do cadastro de reserva, excetuando-se os candidatos empatados na última posição.
- 9.2.4 Os candidatos que atinjam pontuação igual ou superior a 50,0 (cinquenta) pontos e não forem desclassificados nos termos dos subitens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 serão considerados habilitados para a PROVA DE TÍTULOS.
- 9.3 **PROVA DE TÍTULOS** (Comum a todos os cargos de nível superior)
- 9.3.1 A PROVA DE TÍTULOS terá caráter classificatório. Serão convocados para essa etapa todos os candidatos de nível superior não desclassificados nas etapas anteriores, conforme o número de etapas previsto para cada cargo.
- 9.3.2 Na PROVA DE TÍTULOS será atribuída pontuação de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, de acordo com os critérios estabelecidos no item 14 deste Edital.
- 9.3.3 O resultado da PROVA DE TÍTULOS será divulgado por cargo, em ordem alfabética, contendo apenas a pontuação atribuída nessa etapa. Não haverá desclassificação nessa fase, ainda que o candidato obtenha nota zero na PROVA DE TÍTULOS.
- 9.3.4 Para fins de classificação final, a pontuação obtida na PROVA DE TÍTULOS será **somada à pontuação das etapas anteriores**, conforme segue:
- a) Para candidatos de nível superior, com exceção de Procurador Jurídico, a pontuação da PROVA DE TÍTULOS será somada à nota obtida na PROVA ESCRITA OBJETIVA;
- b) Para candidatos ao cargo de Procurador Jurídico, a pontuação da PROVA DE TÍTULOS será somada à média aritmética entre a PROVA ESCRITA OBJETIVA e a PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA.
- 9.4 Após a apuração da pontuação da PROVA DE TÍTULOS, será realizada a classificação final dos candidatos. Caso algum candidato ocupe posição cujo número exceda o total de vagas acrescido do cadastro de reserva, estará desclassificado do concurso, ainda que tenha pontuação suficiente nas etapas anteriores.
- 9.5 Os candidatos desclassificados em quaisquer das fases não poderão concorrer nas fases seguintes nem poderão compor cadastro de reserva.
- 9.6 Para os cargos com mais de uma etapa, a cada etapa concluída será divulgada nova lista de classificação provisória dos candidatos habilitados, considerando-se exclusivamente as notas acumuladas até aquela fase.
- 9.6.1 A ordem de classificação será integralmente reordenada a cada nova etapa, podendo os candidatos, inclusive os cotistas, alterar sua posição em relação às listas anteriores.
- 9.6.2 Os candidatos inscritos em cotas concorrerão, em todas as fases, simultaneamente em duas listas, a de livre concorrência e a de vagas reservadas.
- 9.6.3 Caso o candidato cotista obtenha nota suficiente para figurar dentro da nota de corte da livre concorrência, será também classificado nessa lista, sem prejuízo da sua classificação na lista de cotas.
- 9.6.4 As listas publicadas após cada fase têm caráter meramente provisório, servindo exclusivamente para efeito de convocação à etapa seguinte. A única classificação definitiva será a publicada ao término de todas as etapas para o cargo.

10. DA COMPOSIÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

- 10.1 CANDIDATOS AO MAGISTÉRIO - A prova escrita objetiva constará de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), com uma única resposta correta, composta de 10 (dez) questões de Português, 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais, 5 (cinco) questões de Legislação Educacional, 5 (cinco) questões de Raciocínio Lógico e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos, de acordo com o cargo.
- 10.2 DEMAIS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR - A prova escrita objetiva constará de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), com uma única resposta correta, composta de 10 (dez) questões de Português, 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais, 5 (cinco) questões de Raciocínio Lógico e 25 (vinte e cinco) questões de Conhecimentos Específicos, de acordo com o cargo.
- 10.3 CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E MÉDIO/TÉCNICO - A prova escrita objetiva constará de 40 (quarenta) questões do tipo múltipla escolha, cada uma com 05 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), com uma única resposta correta, composta de 10 (dez) questões de Português, 10 (dez) questões de Conhecimentos Gerais e 20 (vinte) questões de Conhecimentos Específicos, de acordo com o cargo.
- 10.4 O conteúdo programático de cada matéria das provas objetivas consta no Anexo IV deste Edital.

11. DA REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA

11.1 DO CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PROVA

- 11.1.1 O período de impressão do cartão de identificação será divulgado através do site www.urca.br/cev, conforme Anexo II deste Edital (Cronograma de Execução do Concurso), para obter seu Cartão de Identificação contendo data, horário e locais de realização das provas, o qual deverá ser impresso e apresentado no local de realização da prova.
- 11.1.2 É de inteira responsabilidade do candidato a verificação correta do local de realização das provas.
- 11.1.3 A Comissão Executiva Vestibular da URCA não se responsabilizará pelo candidato que faltar à prova por desconhecer o local e horário de sua realização.
- 11.1.4 O Cartão de Identificação e o documento de identidade (original) deverão ser apresentados pelo candidato na data, local e horário para realização da prova objetiva. **Ao candidato que deixar de apresentar, no dia da prova, a documentação de identificação, será vedado o acesso no local de aplicação de provas.**
- 11.1.5 São considerados documentos de Identidade as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública ou pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores, cédulas de identidade fornecidas por ordens e conselhos de classe, que por força de Lei Federal tenha validade como documento de identidade, ou da cédula de identidade, para estrangeiros, emitida por autoridade brasileira, a Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como a Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/1997).
- 11.1.6 São válidos também como documento de identificação a CNH digital, exclusivamente expedida nos aplicativos Carteira Digital de Trânsito e gov.br, do Governo Federal, a Carteira de Identidade, exclusivamente expedida pelo aplicativo gov.br e a Carteira de Trabalho Digital, exclusivamente expedida nos aplicativos Carteira de Trabalho Digital e gov.br.
- 11.1.7 Não serão válidos os documentos impressos ou cópias daqueles listados no subitem 11.1.6. No caso de documento impresso, serão válidos apenas as carteiras ou cédulas originais, conforme subitem 11.1.5.
- 11.1.8 Não será aceito como documento de identificação o título de eleitor, seja ele impresso ou no formato e-título.

11.2 DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

- 11.2.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as divulgações no site, não podendo o mesmo alegar desconhecimento sobre a realização da prova como justificativa de sua ausência.
- 11.2.2 O não comparecimento do candidato caracterizará na desistência do mesmo e resultará em sua eliminação do concurso.
- 11.2.3 As provas objetivas terão duração improrrogável de 3,5 horas (três horas e meia) a serem realizadas no Município de Mauriti (CE), em locais e horários divulgados no Cartão de Identificação do Candidato.
- 11.2.4 Nos dias de aplicação das provas, os PORTÕES DE ACESSO das unidades de realização de provas obedecerão à seguinte dinâmica:
- a) para os candidatos que farão as provas no turno da manhã, abertura às 8h00 e fechamento às 9h00;**
 - b) para os candidatos que farão as provas no turno da tarde, abertura às 13h30 e fechamento às 14h30.**
- 11.2.5 Os horários aqui estabelecidos devem estar de acordo com o fuso horário vigente no ESTADO DO CEARÁ, sendo estritamente proibida a entrada de candidato após o fechamento dos portões. Recomenda-se ao candidato estar no local de realização da prova no mínimo 60 (sessenta) minutos de antecedência do horário para o fechamento dos portões.
- 11.2.6 Não será permitida a realização da prova em local, horário e data diferentes do designado no Cartão de Identificação.
- 11.2.7 O candidato deverá comparecer em local designado para a realização de sua prova munido de (o):
- a) Cartão de Identificação;
 - b) Documento de Identidade (original) e/ou documento válido, nos termos dos subitens 11.1.5 e 11.1.6. deste Edital;
 - c) Caneta transparente esferográfica de tinta azul ou preta (ponta grossa).
- 11.2.8 Caso o Candidato tenha o Documento de Identificação extraviado e/ou roubado nos últimos 30 (trinta) dias anteriores ao da realização das Provas, e não tenha o documento digital conforme o item 11.1.6, deverá entregar CÓPIA do Boletim de Ocorrências (BO), ocasião em que será submetido a Identificação Especial, compreendendo coleta de dados, de assinaturas, de impressão digital em formulário próprio e de fotografia.
- 11.2.9 Não será permitido o INGRESSO DE CANDIDATO NO PRÉDIO DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS, portando:
- a) aparelhos eletrônicos (mesmo que desligados) que possam enviar ou receber informações, tais como, bip, walkman, pager, relógio (permitido somente analógico), agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, calculadora e/ou similares, excetuando-se o indicado nos itens 11.2.11 e 11.2.12;
 - b) armas, mesmo que seja policial militar ou civil, agente de segurança ou pessoa detentora de porte de arma;
 - c) bolsas, mochilas, malas, pochete (e/ou similares), livros, jornais, impressos em geral ou qualquer outro tipo de publicação;
 - d) boné, chapéu, boina ou outros objetos que não permitam a perfeita visualização da região auricular.
- 11.2.10 **O descumprimento desta determinação implicará na eliminação sumária do candidato.**
- 11.2.11 **Os candidatos poderão ingressar nas unidades de aplicação de provas com smartphone e/ou telefones celulares**, obrigatoriamente desligados e acondicionados em saco plástico pequeno (10x20) e lacrável, **fornecido pela CEV**, e que deverão permanecer nessa condição até a saída do candidato da unidade de aplicação de provas.
- 11.2.12 Os candidatos poderão ingressar nas unidades de aplicação de provas, desde que tenham assinalado tal necessidade no ato de inscrição, por motivo de doença ou por limitação física, necessitar utilizar, durante a realização das provas, objetos, dispositivos ou próteses (aparelho auditivo, bomba de insulina, marca-passo etc.) cujo uso não esteja expressamente previsto/permitido neste Edital.
- 11.2.13 Será permitido o ingresso do candidato com capacete, desde que o deixe na parte da frente (entrada) da sala, não deve ser colocado próximo a carteira.
- 11.2.14 Será permitido ao candidato adentrar ao local de provas levando água e pequeno lanche, desde que transportado numa sacola transparente.
- 11.2.15 Não será permitido o ingresso de pessoas nos locais de realização das provas sem apresentação dos requisitos indicados nas alíneas “a” e “b” do subitem 11.2.7.
- 11.2.16 Serão disponibilizados 15 (quinze) minutos compreendidos entre o fechamento do portão e o início da prova, para que:
- a) A equipe de aplicação de provas faça a conferência dos documentos de identificação dos candidatos; realoque candidatos locados em salas erradas e faça a abertura do pacote de provas e a entrega aos candidatos;
 - b) Os candidatos leiam as instruções contidas na capa da prova.
- 11.2.17 As instruções contidas na capa da prova são partes integrantes deste Edital.
- 11.2.18 É de responsabilidade exclusiva do candidato a conferência do material recebido no momento da prova. Deve ser verificada a compatibilidade do Caderno de Questões com o cargo de sua opção, falhas de impressão e dados pessoais impressos em todos os documentos recebidos.
- 11.2.19 Caso seja verificado algum erro ou defeito de impressão no Caderno de Questões, o candidato deve solicitar sua imediata substituição, sendo de sua inteira responsabilidade os prejuízos decorrentes da não solicitação imediata de substituição.
- 11.2.20 Será permitido ao candidato anotar suas respostas objetivas em formulário constante na capa do caderno de prova, que lhe será entregue pelo fiscal da sua respectiva sala ao final da prova realizada, para conferência com o gabarito oficial divulgado pela CEV. O formulário deverá ser apresentado no portão de saída da unidade de aplicação de provas.
- 11.2.21 O Cartão-Resposta será entregue ao candidato após uma hora da prova, e, por motivo de segurança, o candidato deverá: conferir os dados contidos no seu Cartão-Resposta e obrigatoriamente assiná-lo no local indicado. O candidato somente poderá se ausentar de local de provas, após transcorridos, no mínimo 60 (sessenta) minutos do início da prova, devendo assinar a lista de frequência sob pena de eliminação do Certame.
- 11.2.22 Para assinalar o Cartão-Resposta, **documento único e definitivo para efeito de avaliação**, o candidato deverá usar caneta esferográfica, tinta de cor azul ou preta (escrita grossa).
- 11.2.23 Após o encerramento da prova, o candidato deverá assinar a Folha de Frequência e devolver o Cartão-Resposta ao Fiscal de Sala. Caso o candidato se ausente sem devolver o Cartão-Resposta ou extravie o mesmo, será eliminado do certame.
- 11.2.24 O candidato somente poderá levar o seu Caderno de Provas ao deixar em definitivo a sala de provas nos últimos 60 (sessenta) minutos que antecedem o término das provas.
- 11.2.25 Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, os quais só serão liberados, simultaneamente, quando todos tiverem concluído sua prova e após o registro dos seus nomes na Ata de Prova da Sala. Mesmo que um ou dois candidatos terminem a prova antes, estes só poderão sair juntos.
- 11.2.26 Não haverá prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude de afastamento do candidato da sala de prova por qualquer motivo.
- 11.2.27 Não haverá, sob qualquer pretexto ou motivo alegado, segunda chamada ou repetição de prova, recontagem de pontos, nem realização de prova fora do horário e local previstos neste Edital.
- 11.2.28 Após a realização das provas, caso seja constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, que o candidato utilizou processo ilícito para facilitar sua aprovação, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Concurso Público, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.
- 11.2.29 Os Gabaritos Preliminares e as Provas Objetivas serão divulgados conforme Cronograma de Execução do Concurso (Anexo II) através do site www.urca.br/cev.

12. DA AVALIAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

- 12.1 A avaliação da prova objetiva será realizada por meio de processamento eletrônico, que contará o total de acertos de cada candidato (score bruto), considerando-se para tanto, exclusivamente, as questões transferidas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção deste tipo de prova.
- 12.2 A nota final do candidato será calculada conforme quadro abaixo:

CARGO	CONTEÚDO	Nº QUESTÕES	PESO	PONTOS	NOTA FINAL (PONTOS)
MAGISTÉRIO	Português	10	2	20,0	100,0
	Conhecimentos Gerais	10	1	10,0	
	Raciocínio Lógico	5	1	5,0	
	Legislação Educacional	5	1	5,0	
	Conhecimentos Específicos	20	3	60,0	
DEMAIS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR	Português	10	2	20,0	100,0
	Conhecimentos Gerais	10	1	10,0	
	Raciocínio Lógico	5	1,5	7,5	
	Conhecimentos Específicos	25	2,5	62,5	
CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E MÉDIO/TÉCNICO	Português	10	2,5	25,0	100,0
	Conhecimentos Gerais	10	1,5	15,0	
	Conhecimentos Específicos	20	3	60,0	

12.3 Não serão computadas as questões do cartão-resposta não respondidas, emendadas ou rasuradas (ainda que legível), nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), ou ainda, aquelas em que a quadrícula de marcação da resposta não esteja preenchida totalmente, de caneta azul ou preta ponta grossa.

12.4 O candidato que não atingir o perfil de classificação para o cargo pretendido, indicado no item 9 deste Edital será automaticamente desclassificado do concurso.

13. DA PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA PARA O CARGO DE PROCURADOR JURÍDICO

13.1 DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA

13.1.1 A PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA será aplicada no mesmo dia da PROVA ESCRITA OBJETIVA, em contraturno, para o cargo de Procurador Jurídico, conforme Anexo II (Cronograma de Execução do Concurso).

13.1.2 A prova terá duração improrrogável de 3,5 horas (três horas e meia) a serem realizadas no Município de Mauriti (CE), em locais e horários divulgados no Cartão de Identificação do Candidato.

13.1.3 Todos os candidatos inscritos para o cargo de Procurador Jurídico deverão realizar a PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA, sendo desclassificados do certame aqueles que não a realizarem.

13.1.4 Para a realização da PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA aplicar-se-ão, no que couber, os mesmos procedimentos previstos para a PROVA ESCRITA OBJETIVA, constantes do subitem 11.1, com todos os seus subitens, bem como dos subitens 12.2.1 a 12.2.19 deste Edital.

13.2 DA COMPOSIÇÃO E ELABORAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA

13.2.1 A PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA consistirá na elaboração de peça jurídica, a partir de situação hipotética apresentada no Caderno da Prova, em conformidade com o conteúdo programático deste Edital.

13.2.2 Para elaboração da peça jurídica o candidato deverá:

- identificar a peça jurídica que se adeque ao caso exposto;
- elaborar a peça jurídica de acordo com as normas legais vigentes;
- observar que a quantidade de laudas dependerá da capacidade de articulação, exposição e argumentação do candidato;
- observar a devida adequação às normas gramaticais de maneira a tornar a peça jurídica coerente;
- anexar o rascunho da peça jurídica.

13.2.3 A peça jurídica deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta de tinta preta ou azul.

13.2.4 O candidato **não** poderá fazer consulta de nenhuma espécie.

13.2.5 O candidato deverá preencher seus dados apenas no campo indicado. A folha oficial, destinada à correção, conterá exclusivamente o número de identificação, a fim de assegurar o sistema de correção às cegas.

13.2.6 O candidato poderá utilizar nome ficcional no desenvolver de sua peça jurídica.

13.2.7 É vedado o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material que possa identificar a prova sob pena de atribuição de nota zero à prova e a consequente eliminação do candidato do Concurso Público.

13.2.8 Não será admitido o uso de qualquer outra folha de papel para rascunho ou como parte ou resposta definitiva. Para tanto, o candidato deverá atentar para os espaços específicos destinados para rascunho e para resposta definitiva.

13.2.9 A FOLHA OFICIAL será o único meio válido para a avaliação da peça.

13.2.10 Os campos reservados para rascunho são de preenchimento facultativo e não serão considerados para avaliação.

13.2.11 Em hipótese alguma, haverá substituição da FOLHA OFICIAL por erro do candidato.

13.2.12 Após o término do prazo previsto para a duração da prova, não será concedido tempo adicional para o candidato continuar desenvolvendo a peça ou procedendo à transcrição para a parte definitiva (FOLHA OFICIAL).

13.2.13 Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado.

13.2.14 Qualquer sinal, marca, desenho, rubrica, assinatura feita pelo candidato no desenvolver da peça, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à prova a consequente eliminação do candidato do Concurso Público.

13.2.15 Nos casos de fuga do tema da peça solicitada, ou de não haver texto, o candidato receberá nota no texto igual a zero.

13.2.16 Ao candidato que desenvolver o texto fora do tema solicitado ou elaborar peça inadequada para a solução do problema proposto, será atribuída a nota zero.

13.3 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA

13.3.1 Serão corrigidos apenas as peças dos candidatos não eliminados e melhores classificados na Primeira Etapa (PROVA ESCRITA OBJETIVA), em número igual ou até 04 (quatro) vezes o número de vagas, acrescido do cadastro de reserva, respeitando-se os empatados na última colocação.

13.3.2 A avaliação da PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA observará os seguintes critérios:

- Estrutura e formalidades da peça jurídica (20 pontos)** – avalia-se a adequação ao tipo de peça exigida, correção da forma e observância das regras processuais aplicáveis, organização lógica das partes da peça (endereço, qualificação, fundamentação, pedidos, fecho etc.).
- Conteúdo jurídico (40 pontos)** – avalia-se a pertinência da peça em relação à situação hipotética apresentada, domínio do conteúdo programático aplicável, correta utilização de fundamentos jurídicos (constitucionais, legais, jurisprudenciais e doutrinários, quando couber).
- Clareza, coesão e linguagem (20 pontos)** – avalia-se a clareza e objetividade na exposição das ideias, a coesão e a coerência argumentativa, o uso adequado da linguagem técnico-jurídica.

IV. **Correção gramatical (20 pontos)** – avalia-se a adequação ortográfica e gramatical, bem como o respeito às normas de pontuação e acentuação.

13.3.3 A avaliação será realizada por comissão julgadora composta por dois docentes: um com formação e atuação na área do cargo pretendido, responsável pelos critérios I, II e III; e outro com formação e atuação em Língua Portuguesa, responsável pelo critério IV. A nota da PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA será a soma das avaliações dos dois docentes.

14. PROVA DE TÍTULOS (PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR)

- 14.1 A Prova de Títulos, aplicável a todos os candidatos de nível superior, terá caráter classificatório e somente será aplicada para os candidatos classificados/habilitados na forma do item 09 e seus subitens deste Edital.
- 14.2 A apresentação dos títulos será de forma *online* em período indicado no Cronograma de Execução do Concurso (Anexo II).
- 14.3 Para efeito de pontuação na PROVA DE TÍTULOS, só serão aceitos os títulos emitidos até a data de publicação do resultado da PROVA ESCRITA OBJETIVA.
- 14.4 O candidato deverá preencher o Formulário de Títulos (Anexo V deste Edital), disponível no endereço eletrônico www.urca.br/cev, e anexar cópia autenticada de toda a documentação comprobatória.
- 14.5 Os documentos não autenticados serão desconsiderados na contabilização da pontuação da PROVA DE TÍTULOS.
- 14.6 Serão aceitos como autenticação os selos de cópias autenticadas em cartório ou validações eletrônicas por meio de código verificável de forma *online*.
- 14.7 Para efeito de pontuação, somente serão aceitos os documentos que comprovem os títulos abaixo relacionados, observados os limites de pontos discriminados no quadro a seguir:

QUADRO DE PONTUAÇÃO DE TÍTULOS

ALÍNEA	TÍTULO	NÚMERO MÁXIMO DE TÍTULOS	PONTUAÇÃO
A	Certificado de curso de pós-graduação – Doutorado, <i>stricto sensu</i> (Título de Doutor), estritamente relacionado com a área de atuação do cargo.	1	2,0
B	Certificado de curso de pós-graduação – Doutorado, <i>stricto sensu</i> (Título de Doutor), em área afim com a área de atuação do cargo.	1	1,5
C	Certificado de curso de pós-graduação – Doutorado, <i>stricto sensu</i> (Título de Doutor), em área não relacionada com a área de atuação do cargo.	1	1,0
D	Certificado de curso de pós-graduação – Mestrado, <i>stricto sensu</i> (Título de Mestre), estritamente relacionado com a área de atuação do cargo.	1	1,5
E	Certificado de curso de pós-graduação – Mestrado, <i>stricto sensu</i> (Título de Mestre), em área afim com a área de atuação do cargo.	1	1,0
F	Certificado de curso de pós-graduação – Mestrado, <i>stricto sensu</i> (Título de Mestre), em área não relacionada com a área de atuação do cargo.	1	0,5
G	Certificado de curso de pós-graduação – Especialização, <i>lato sensu</i> (Título de Especialista), estritamente relacionado com a área de atuação do cargo.	2	0,8
H	Certificado de curso de pós-graduação – Especialização, <i>lato sensu</i> (Título de Especialista), em área afim com a área de atuação do cargo.	1	0,6
I	Certificado de curso de pós-graduação – Especialização, <i>lato sensu</i> (Título de Especialista), em área não relacionada com a área de atuação do cargo.	1	0,3

- 14.8 A pontuação máxima dos títulos será de 10,0 (dez) pontos. O candidato que apresentar títulos superiores à pontuação exigida terá o excedente desconsiderado.
- 14.9 Receberá nota zero na prova de títulos o candidato que não entregar os títulos na forma dos subitens 14.3 e 14.4 no prazo estipulado no Edital para a avaliação de títulos.
- 14.10 Não serão aceitos títulos encaminhados por correio eletrônico, exceto se houver determinação expressa da CEV por meio de publicação na página do certame, em virtude de falhas no sistema de recebimentos.
- 14.11 Não será computado como título o curso que se constituir pré-requisito para a inscrição no Concurso Público.
- 14.12 Deverão ser entregues os seguintes documentos de cursos, se o candidato os possuir:
- a) Para os Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, em nível de Doutorado ou Mestrado, deverá ser apresentada fotocópia autenticada do diploma devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes. Será aceito também certificado/certidão/declaração de conclusão de curso de Doutorado ou de Mestrado, expedido por instituição reconhecida pela Capes, desde que acompanhado do histórico escolar, em que conste o resultado dos exames e do julgamento da tese ou da dissertação. Caso se identifique no histórico alguma pendência ou falta de requisito de conclusão, o certificado/certidão/declaração não será aceito. Para os cursos feitos fora do País, os diplomas deverão ser validados por instituição brasileira competente, conforme Resolução nº 01/2022, do Conselho Nacional de Educação.
- b) Para os cursos de Pós-Graduação *lato sensu*, em nível de Especialização ou Residência, deverá ser apresentada fotocópia autenticada do certificado com carga horária de no mínimo 360 (trezentos e sessenta) horas, emitido por Instituição de Ensino Superior credenciada pelo MEC. Será aceita também declaração/certidão de conclusão desde que acompanhada do respectivo histórico escolar, em que se ateste a aprovação da monografia. Se o documento apresentado não atestar o atendimento às normas das leis supracitadas, deverá conter em anexo uma declaração dos responsáveis pela realização do curso de que este atendeu tais condições.
- 14.13 A apresentação dos documentos em desacordo com as alíneas “a” e “b”, subitem 14.10 deste Edital, resultará em nota zero na prova de títulos.
- 14.14 Não serão recebidos documentos para aferição de títulos fora do prazo constante no Cronograma de Execução do Concurso.
- 14.15 A entrega e a comprovação dos títulos serão de exclusiva responsabilidade do candidato.
- 14.16 Após o resultado da PROVA DE TÍTULOS, os candidatos poderão interpor recurso, por meio da página do certame, na área do candidato, nos moldes estabelecidos no item 17 deste Edital e no prazo estipulado no Anexo II.
- 14.17 O recurso contra o resultado da PROVA DE TÍTULOS destina-se à contestação de possíveis erros de interpretação da Comissão ou erro material na atribuição da nota, não sendo admitida a juntada de documentos não entregues no prazo estabelecido, nem tampouco a retificação de documentos entregues fora dos padrões estabelecidos neste Edital.
- 14.18 A Comissão Examinadora de Títulos enviará parecer fundamentado em resposta ao recurso, por meio da página do candidato. No caso de deferimento do recurso, total ou parcial, a alteração da nota será divulgada no resultado pós recurso. No caso de indeferimento, a nota permanecerá a mesma divulgada preliminarmente.
- 14.19 Serão exigidos, no ato da posse dos candidatos aprovados no concurso e convocados, os documentos originais comprobatórios dos títulos declarados. O não atendimento a este dispositivo acarretará na perda da vaga, sendo seu provimento tornado sem efeito, sem prejuízo de medidas legais cabíveis.

- 14.20 Será nula de pleno direito, a qualquer época, a inscrição do candidato com documentos falsos (inclusive os títulos) e outros expedientes ilícitos, ficando o infrator responsável juridicamente pela ocorrência verificada.

15. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 15.1 Para os candidatos aos cargos de nível médio e de nível médio/técnico com etapa única, a nota final no concurso será a nota da PROVA ESCRITA OBJETIVA.
- 15.2 Para os candidatos aos cargos de Procurador Jurídico, a nota final de aprovação no concurso será composta pela média aritmética entre a PROVA ESCRITA OBJETIVA e a PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA, e a essa média será somada a pontuação da PROVA DE TÍTULOS.
- 15.3 Para os demais cargos de nível superior (com exceção de Procurador Jurídico), a nota final de aprovação no concurso será composta pela soma entre a nota da PROVA ESCRITA OBJETIVA e a da PROVA DE TÍTULOS.
- 15.4 A classificação será feita em função da nota final do candidato, respeitando-se a ordem decrescente de classificação e o limite de vagas.
- 15.5 Ocorrendo empate no total de pontos, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:
- a) Obtiver o maior número de pontos na Prova de Conhecimentos Específicos da PROVA ESCRITA OBJETIVA;
 - b) Obtiver a maior nota na PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA para o cargo de Procurador Jurídico;
 - c) Obtiver o maior número de pontos na Prova de Língua Portuguesa da PROVA ESCRITA OBJETIVA;
 - d) Obtiver o maior número de pontos na Prova de Conhecimentos Gerais da PROVA ESCRITA OBJETIVA;
 - e) Tiver maior idade.
- 15.6 A aprovação do candidato não gera o direito à nomeação, entretanto, garante a preferência de nomeação, de acordo com a necessidade da administração municipal, observada rigorosamente a ordem de classificação dos candidatos aprovados, bem como o número de vagas.
- 15.7 As vagas definidas no Anexo I deste Edital, que não forem providas por falta de pessoas com deficiência, por reprovação no concurso ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.
- 15.8 As vagas definidas no Anexo I deste Edital, que não forem providas por falta de candidatos negros, por reprovação no concurso, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.
- 15.9 A aprovação e a classificação final no concurso não asseguram ao candidato o direito de ingresso automático no cargo, mas a expectativa de ser nele admitido segundo a ordem classificatória, ficando a concretização deste ato condicionada à quantidade de vagas.

16. DA DESCLASSIFICAÇÃO / ELIMINAÇÃO

- 16.1 Será DESCLASSIFICADO / ELIMINADO, sem embargo dos critérios de classificação, o candidato que:
- 16.1.1 Não comparecer à PROVA ESCRITA OBJETIVA, seja qual for o motivo alegado, ou chegar ao local das provas após o horário preestabelecido para a início das mesmas;
- 16.1.2 Não comparecer à PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA, para os candidatos ao cargo de Procurador Jurídico, seja qual for o motivo alegado, ou chegar ao local das provas após o horário preestabelecido para a início das mesmas;
- 16.1.3 Obtiver nota inferior ao perfil mínimo de classificação, estabelecido no item 9 deste Edital, de acordo com o cargo pretendido pelo candidato;
- 16.1.4 Usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais;
- 16.1.5 Durante a realização das provas for surpreendido em comunicação com outro(s) candidato(s) e/ou terceiro(s), verbalmente, por escrito ou qualquer outra forma;
- 16.1.6 Atentar contra a disciplina, perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos, desacatar ou tornar-se culpado por incorreção ou descortesia a quem quer que esteja investido de autoridade para a realização do concurso, em qualquer das suas etapas;
- 16.1.7 Fizer anotações de suas respostas em qualquer meio, que não os permitidos;
- 16.1.8 Não devolver o cartão-resposta da PROVA ESCRITA OBJETIVA;
- 16.1.9 Apresentação de manifestação de celular, alarme e dispositivos sonoros na unidade de aplicação da PROVA ESCRITA OBJETIVA.
- 16.1.10 Não devolver seu caderno de prova caso retire-se do certame 1 (uma) hora antes do horário do término da PROVA ESCRITA OBJETIVA.
- 16.1.11 Não atender as determinações do presente Edital e de seus atos complementares.

17. DOS RECURSOS

- 17.1 Caberá interposição de recurso fundamentado à CEV, no prazo estipulado pela mesma, de acordo com o Anexo II, nos resultados abaixo descritos e que tenham repercussão na esfera de direitos dos candidatos:
- a) contra indeferimento da solicitação de isenção da taxa de inscrição;
 - b) contra indeferimento de inscrição por problemas ocasionados no pagamento da taxa;
 - c) contra questões da PROVA ESCRITA OBJETIVA e Gabarito Oficial;
 - d) contra o resultado da PROVA ESCRITA OBJETIVA;
 - e) contra o resultado da PROVA DE REDAÇÃO TÉCNICA;
 - f) contra o resultado da PROVA DE TÍTULOS;
 - g) contra a classificação final.
- 17.2 Os recursos poderão ser interpostos através do site www.urca.br/cev, conforme Anexo II - Cronograma de Execução do Concurso, podendo, o recorrente, anexar documento digitalizado que se façam necessários à comprovação da reclamação, sendo indeferidos os recursos interpostos fora do prazo.
- 17.3 A CEV constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais.
- 17.4 As decisões dos recursos previstos neste Edital serão emitidas pela CEV/URCA, através de parecer específico a ser divulgado na área do candidato.
- 17.5 Havendo alterações no resultado oficial do concurso em razão de julgamento de recursos apresentados à CEV, este deverá ser republicado com as alterações que se fizerem necessárias.
- 17.6 A interposição dos recursos não obsta o regular andamento do cronograma do concurso.
- 17.7 Somente serão aceitos recursos enviados através do meio especificado no subitem 17.2 deste Edital.
- 17.8 Em hipótese alguma será acatado pedido de revisão de recurso já julgado.
- 17.9 As alterações de gabaritos oficiais e as alterações das notas da PROVA ESCRITA OBJETIVA, resultado oficial preliminar, que vierem a ocorrer após julgamento dos recursos, serão publicados no site www.urca.br/cev. Quando ocorrer retificação de Gabarito Oficial, somente será contemplado com a pontuação, o candidato que tenha marcado a letra retificada.
- 17.10 Na hipótese de alguma questão de múltipla escolha ser anulada, o seu valor em pontos será contabilizado em favor de todos os candidatos.

18. DOS RESULTADOS FINAIS DO CONCURSO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 18.1 Os resultados finais de cada cargo serão divulgados tão logo sejam concluídas todas as etapas referentes àqueles cargos pela Comissão Executiva Vestibular da URCA através do site www.urca.br/cev, e também, na imprensa oficial da Prefeitura Municipal de Mauriti.
- 18.2 O Resultado Final relacionará, em ordem decrescente da soma de pontos obtidos nas provas realizadas no concurso, os candidatos situados dentro do limite de vagas oferecidas por cargo.
- 18.3 Não serão divulgados resultados por canais distintos dos relacionados no subitem 18.1. A CEV não se responsabilizará por erro de informação, advindo de divulgação feita por terceiros, inclusive nome, classificação e nota do candidato.

- 18.4 A CEV não informará resultado por meio de telefone, e-mail, whatsapp ou qualquer tipo de comunicação direta com o candidato.
18.5 A homologação ficará a cargo do Executivo Municipal, podendo ocorrer após o resultado final de cada categoria.

19. DO EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

- 19.1 A convocação dos candidatos aprovados, obedecida à ordem das listas classificatórias, dentro da necessidade de suprimento de vagas, será feita por meio de Edital que será publicado na Imprensa Oficial do Município de Mauriti.
19.2 O candidato deverá entregar toda a documentação e exames médicos necessários e se submeter a todos os procedimentos requeridos de acordo com a legislação municipal e o Edital de convocação.
19.3 A não aprovação no exame admissional implica na desclassificação no Concurso Público.

20. DA NOMEAÇÃO, POSSE E EXERCÍCIO

- 20.1 Os resultados finais do Concurso Público serão homologados por ato do Chefe do Poder Executivo do Município de Mauriti (CE), publicado na imprensa local e no site da Prefeitura Municipal de Mauriti, respeitadas as normas estabelecidas no Edital.
20.2 O candidato classificado, observado o limite de vagas estabelecido neste Edital, será convocado para nomeação e posse, obrigando-se a declarar por escrito se aceita ou não o cargo, **no prazo de 15 (quinze) dias**. A falta de pronunciamento do candidato implicará na perda do Concurso Público, sendo convocado o candidato seguinte, obedecendo à ordem de classificação. O candidato nomeado será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Mauriti (CE), e demais normas aplicáveis ao funcionalismo público municipal.
20.3 As convocações para provimento das vagas serão feitas por meio de publicação na Imprensa Local do Município e do Diário Oficial da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
20.4 Os candidatos aprovados no concurso manterão atualizados os dados referentes ao endereço residencial e telefone, com o objetivo de facilitar o processo de convocação.
20.5 Por ocasião da nomeação, deverão ser apresentados os documentos constantes na convocatória expedida pelo Poder Executivo Municipal, observados os requisitos legais e regulamentares vigentes.
20.6 Para efeito de sua nomeação, fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade do cargo e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.
20.7 A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI (CE), reserva-se o direito de proceder às nomeações em número que atenda ao seu interesse e às suas necessidades, dentro do planejamento municipal, respeitando o número de vagas ofertadas neste concurso, no prazo de vigência da data de publicação da homologação. Poderá ainda, o Executivo Municipal, executar as nomeações de acordo com as determinações legais, que porventura sejam normatizadas pelos órgãos competentes durante toda a sua vigência.
20.8 Na forma do Art. 41 da Constituição Federal, os candidatos nomeados aos cargos, somente terão estabilidade após o cumprimento e aprovação no Estágio Probatório.
20.9 Anular-se-ão, sumariamente, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, sem direito à devolução da taxa paga, se o candidato não comprovar que no ato da nomeação satisfazia os requisitos básicos exigidos para a investidura no cargo.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 21.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelos meios de divulgação, os Editais, ordens de serviços, convocatórias e todos os comunicados referentes a este concurso.
21.2 Decorridas todas as etapas e todos os prazos legais, caberá ao Poder Executivo Municipal, homologar o Resultado Final, conforme conveniência e oportunidade da Administração Pública. A homologação será publicada em imprensa oficial da Prefeitura Municipal de Mauriti (CE), à vista do Relatório Conclusivo da Comissão Coordenadora do Concurso.
21.3 A inobservância, por parte do candidato de qualquer prazo estabelecido nas convocações será considerada em caráter irrecorrível, como desistência.
21.4 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este concurso público, divulgados no endereço eletrônico www.urca.br/cev.
21.5 A Comissão Executiva Vestibular- CEV/URCA responsabilizar-se-á pela elaboração, aplicação e correção da Prova Objetiva, da Prova de Redação Técnica e da Prova de Títulos, recursos administrativos e pela Divulgação Final dos resultados obtidos pelos candidatos.
21.6 A guarda dos documentos apresentados ficará sob a responsabilidade da Comissão Executiva Vestibular - URCA até a conclusão e homologação do concurso, que providenciará o arquivamento e a posterior incineração dos documentos dos candidatos que não atingirem o perfil de classificação, provas e cartões-respostas, de acordo com as leis vigentes.
21.7 Não será de responsabilidade da CEV/URCA, o extravio de qualquer tipo de documento e/ou objeto pertencente aos candidatos, durante a aplicação de provas nos locais a serem divulgados.
21.8 A Comissão Executiva Vestibular divulgará, quando necessário, convocações, instruções normativas, orientações, ordem de serviços, avisos, convocatória, comunicados e procedimentos complementares relativos ao concurso.
21.9 Nas situações que se fizerem necessárias, a Comissão Executiva Vestibular poderá, a qualquer tempo, durante a aplicação do Concurso, solicitar à autoridade competente a identificação datiloscópica e/ou fazer uma vistoria rigorosa no candidato.
21.10 Os itens e subitens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disserem respeito ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em edital ou aviso a ser publicado no site www.urca.br/cev.
21.11 O Edital / Anexos e demais informações serão encontrados no site www.urca.br/cev.
21.12 Os casos omissos até a publicação final do resultado do concurso público serão resolvidos pela Comissão Executiva Vestibular - CEV/URCA, no que concerne ao concurso.
21.13 Fica eleito o foro da Comarca de Mauriti (CE), para dirimir quaisquer questões relacionadas com o Concurso Público, objeto integrante deste Edital.

Mauriti (CE), aos 16 de setembro de 2025.

JOÃO PAULO FURTADO
Chefe do Poder Executivo Municipal de Mauriti (CE)

ANA JOSICLEIDE MAIA
Presidente da Comissão Executiva do Vestibular (CEV/URCA)

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E MÉDIO/TÉCNICO									
SECRETARIA / INSTÂNCIA	CARGO	VAGAS				CADASTRO DE RESERVA			
		TOTAL	LC	N	PcD	TOTAL	LC	N	PcD
GABINETE DO PREFEITO	AGENTE DE TRÂNSITO	6	3	2	1	3	1	1	1
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO	EDUCADOR SOCIAL	1	1	-	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	FISCAL DE TRIBUTOS	3	1	1	1	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	VIGILANTE AMBIENTAL	2	1	1	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	TÉCNICO AMBIENTAL	1	1	-	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	5	3	1	1	2	1	1	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	4	2	1	1	1	1	-	-
TOTAL		22	12	6	4	10	7	2	1

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR									
SECRETARIA / INSTÂNCIA	CARGO	VAGAS				CADASTRO DE RESERVA			
		TOTAL	LC	N	PcD	TOTAL	LC	N	PcD
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ANALISTA AMBIENTAL	1	1	-	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	ASSISTENTE SOCIAL	1	1	-	-	1	1		
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	AUDITOR FISCAL	1	1	-	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	EDUCADOR FÍSICO	2	1	1	-	1	1		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	ENFERMEIRO	8	5	2	1	2	1	1	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ENGENHEIRO AGRÔNOMO	1	1	-	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	ENGENHEIRO AMBIENTAL	1	1	-	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	FARMACÊUTICO	2	1	1	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	FISIOTERAPEUTA	8	5	2	1	2	1	1	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	FONOAUDIÓLOGO	4	2	1	1	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MÉDICO PSIQUIATRA	2	1	1	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	MÉDICO VETERINÁRIO	2	1	1	-	2	1	1	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	NUTRICIONISTA	2	1	1	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	ODONTÓLOGO	8	5	2	1	2	1	1	-
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	PROCURADOR JURÍDICO	2	1	1	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	PSICÓLOGO	2	1	1	-	1	1	-	-
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	TERAPEUTA OCUPACIONAL	4	2	1	1	1	1	-	-
TOTAL		51	31	15	5	21	17	4	-

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR – MAGISTÉRIO – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO									
CARGO	ÁREA	VAGAS				CADASTRO DE RESERVA			
		TOTAL	LC	N	PcD	TOTAL	LC	N	PcD
PROFESSOR	EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	40	30	8	2	10	7	2	1
	EDUCAÇÃO FÍSICA – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	3	1	1	1	1	1	-	-
	GEOGRAFIA – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	2	1	1	-	1	1	-	-
	HISTÓRIA – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	2	1	1	-	1	1	-	-
	LETRAS INGLÊS – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	2	1	1	-	1	1	-	-
	LETRAS PORTUGUÊS – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	8	5	2	1	4	2	1	1
	MATEMÁTICA – ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	6	3	2	1	3	1	1	1
TOTAL		63	42	16	5	21	14	4	3

Legenda:

LC = Livre Concorrência

N = Candidatos Negros

PcD = Pessoa com Deficiência

ANEXO III – QUADROS DE VENCIMENTOS, QUALIFICAÇÃO E CARGA HORÁRIA

**QUADRO 1
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

CARGO	QUALIFICAÇÃO	JORNADA SEMANAL	SALÁRIO BASE (R\$)
Auditor Fiscal	Ensino Superior Completo	40 horas	4.500,00

**QUADRO 2
GABINETE DO PREFEITO**

CARGO	QUALIFICAÇÃO	JORNADA SEMANAL	SALÁRIO BASE (R\$)
Agente de Trânsito	Ensino Médio Completo	30 horas	2.156,77

**QUADRO 3
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

CARGO	QUALIFICAÇÃO	JORNADA SEMANAL	SALÁRIO BASE (R\$)
Procurador Jurídico	Bacharelado em Direito devidamente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 001/2019	20 horas	5.536,91

**QUADRO 4
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

CARGO	QUALIFICAÇÃO	JORNADA SEMANAL	SALÁRIO BASE (R\$)
Analista Ambiental	Ensino Superior Completo	20 horas	2.000,00
Engenheiro Agrônomo	Bacharelado em Agronomia ou Engenharia Agronômica	20 horas	2.500,00
Engenheiro Ambiental	Bacharelado em Engenharia Ambiental	20 horas	2.500,00
Técnico Ambiental	Ensino Médio Integrado com curso de Técnico em Meio Ambiente; ou Ensino Médio completo e curso Técnico em Meio Ambiente com no mínimo 1.200 horas autorizado pelo MEC	40 horas	2.000,00
Médico Veterinário	Bacharelado em Medicina Veterinária	40 horas	5.375,00

ANEXO III – QUADROS DE VENCIMENTOS, QUALIFICAÇÃO E CARGA HORÁRIA

QUADRO 5
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO	QUALIFICAÇÃO	JORNADA SEMANAL	SALÁRIO BASE (R\$)
Assistente Social	Bacharelado em Serviço Social	30 horas	2.547,47
Educador Físico	Bacharelado ou Licenciatura em Educação Física ou curso equivalente	20 horas	2.703,11
Nutricionista	Bacharelado em Nutrição	30 horas	2.823,43
Professor Educação Física	Licenciatura em Educação Física ou curso equivalente	20 horas	2.433,88
Professor Geografia	Licenciatura em Geografia ou em Ciências Humanas ou em curso equivalente	20 horas	2.433,88
Professor História	Licenciatura em História ou em Ciências Humanas ou em curso equivalente	20 horas	2.433,88
Professor Letras Inglês	Licenciatura em Letras - Inglês	20 horas	2.433,88
Professor Letras Português	Licenciatura em Letras - Português	20 horas	2.433,88
Professor Matemática	Licenciatura em Matemática ou em curso equivalente	20 horas	2.433,88
Professor Polivalente (Pedagogia)	Licenciatura em Pedagogia	20 horas	2.433,88
Psicólogo	Bacharelado em Psicologia	30 horas	2.547,47

QUADRO 6
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CARGO	QUALIFICAÇÃO	JORNADA SEMANAL	SALÁRIO BASE (R\$)
Fiscal de Tributos	Ensino Médio Completo	30 horas	2.000,00

QUADRO 7
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO

CARGO	QUALIFICAÇÃO	JORNADA SEMANAL	SALÁRIO BASE (R\$)
Educador Social	Ensino Médio Completo	30 horas	1.518,00

ANEXO III – QUADROS DE VENCIMENTOS, QUALIFICAÇÃO E CARGA HORÁRIA

QUADRO 8
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CARGO	QUALIFICAÇÃO	JORNADA SEMANAL	SALÁRIO BASE (R\$)
Enfermeiro	Bacharelado em Enfermagem	40 horas	4.750,00
Farmacêutico	Bacharelado em Farmácia	20 horas	2.654,65
Fisioterapeuta	Bacharelado em Fisioterapia	20 horas	2.378,48
Fonoaudiólogo	Bacharelado em Fonoaudiologia	20 horas	2.378,48
Médico Veterinário	Bacharelado em Medicina Veterinária	40 horas	5.375,00
Médico Psiquiatra	Bacharelado em Medicina com Residência Médica em Psiquiatria com RQE	20 horas	5.000,00
Odontólogo	Bacharelado em Odontologia	40 horas	4.750,00
Técnico em Saúde Bucal	Ensino Médio Integrado com curso de Técnico em Saúde Bucal; ou Ensino Médio completo e curso Técnico em Saúde Bucal com no mínimo 1.200 horas autorizado pelo MEC	30 horas	1.518,00
Técnico em Enfermagem	Ensino Médio Integrado com curso de Técnico em Enfermagem; ou Ensino Médio completo e curso Técnico em Enfermagem com no mínimo 1.200 horas autorizado pelo MEC	40 horas	1.518,00 + Complementação da União
Terapeuta Ocupacional	Bacharelado em Terapia Ocupacional	20 horas	2.378,48
Vigilante Ambiental	Ensino Médio Completo	40 horas	1.800,00

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E MÉDIO/TÉCNICO	
CARGO	CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AGENTE DE TRÂNSITO	Português Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Conhecimentos Específicos Noções de Direito Administrativo; Estado, Governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios; Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios; Ato Administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Invalidação, anulação e revogação; Prescrição; Noções de Direito Constitucional; Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º); Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 11); Da Organização do Estado (Art. 18 a 31; 37 a 41); Da Segurança Pública (Art. 144). Os artigos em referência são da Constituição Federal de 1988; Noções de Direito Penal; Dos Crimes contra a Pessoa e contra o Patrimônio (Art. 121 ao 183 do Código Penal); Os Crimes contra a Administração Pública (Art. 312 ao 337- A do Código Penal); Legislação Específica: Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro E SUAS ALTERAÇÕES; As resoluções do CONTRAN E SUAS ALTERAÇÕES, relacionadas a seguir: Resolução nº 24, de 21/05/1998; Resolução nº 26, de 21/05/1998; Resolução nº 36, de 21/05/1998; Resolução nº 110, de 24/02/2000; Resolução nº 432, de 23/01/2013; Resolução nº 508, de 27/11/2014; Resolução nº 623, de 06/09/2016; Resolução nº 789, de 18/06/20; Resolução nº 798, de 02/09/2020; Resolução nº 810 (Exceto art. 14), de 15/12/20; Resolução nº 948 DE 28/03/2022; Resolução nº 738, de 06/09/2018; Resolução nº 573, de 16/12/2015; Resolução nº 819 DE 17/03/2021; Resolução nº 882, de 13/12/2021; Resolução nº 906, de 28/03/2022; Resolução nº 911, de 28/03/2022; Resolução nº 912, de 28/03/2022; Resolução nº 918, de 28/03/2022; Resolução nº 926, de 28/03/2022; Resolução nº 940 de 28/03/2022; Resolução nº 951, de 29/03/2022; Resolução nº 965 de 17/05/2022; Resolução nº 969, de 20/06/2022; Resolução nº 973, de 18/07/2022; Resolução nº 973 de 18/07/2022: Manuais Brasileiros de Sinalização de Trânsito (MBST) Volume I - Sinalização Vertical de Regulamentação (Anexo I); Volume II - Sinalização Vertical de Advertência (Anexo II); Volume III - Sinalização Vertical de Indicação (Anexo III); Volume IV - Sinalização Horizontal (Anexo IV); Volume V - Sinalização Semafórica (Anexo V); Volume VI - Dispositivos auxiliares (Anexo VI); Volume VII - Sinalização Temporária (Anexo VII); Volume VIII - Sinalização Cicloviária (Anexo VIII); e Volume IX - Sinalização de cruzamento rododferroviário (Anexo IX).
EDUCADOR SOCIAL	Português Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Conhecimentos Específicos Estatuto da Criança e do Adolescente. Políticas Públicas. Noções de primeiros Socorros. Lei Maria da Penha. Lei orgânica da Assistência Social. Trabalho com Famílias. Política Nacional de Assistência Social- PNAS. Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS. Norma Operacional Básica - NOB SUAS. Estatuto do Idoso. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Direitos Humanos. Desigualdade Social, Exclusão Social. Violência doméstica e risco social. Serviço Social e Família; Planejamento e elaboração de projetos sociais. Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua.
FISCAL DE TRIBUTOS	Português Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Conhecimentos Específicos Conhecimentos de Direito Municipal. Conhecimentos de Direito Tributário. Conhecimentos do Código Tributário Municipal: Certidão Negativa. Auto de Infração. Notificação. Dívida Ativa. Lançamento de Tributos. Taxas pelo Poder de Polícia. Taxas pelos Serviços Públicos; Fiscalização. Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Crédito Tributário. Isenção. Obrigação Tributária. Sujeito Passivo. Sujeito Ativo. Processo Tributário Administrativo (Impugnação de Auto de Infração). Contabilidade: conceitos; balanço patrimonial; lançamentos contábeis; Livros Fiscais e Contábeis; Plano de Conta; Pessoa Física; Pessoa Jurídica. CNPJ (Cadastro Geral de Pessoa Jurídica). Documentos de constituição de empresas. Declaração de Imposto de Renda. Crimes contra a ordem tributária. Preços públicos. O Código Tributário do Município, suas alterações e atualização. Organização Administrativa da União dos Estados e Municípios; Direitos e Deveres; Princípios Básicos individuais e coletivos previstos na CF/1988; Princípios Fundamentais; Direitos Sociais e Políticos. Taxas; Tributos; Impostos; Emolumentos; Fato Gerador. Isenção dos contribuintes. Responsabilidade tributária. Patrimônio: conceito, elementos e equação patrimonial. Fundamentos conceituais de ativo, passivo, receita e despesa. Principais demonstrações financeiras. Conhecimentos específicos de contabilidade Pública. Fundamentos legais e técnicos de contabilidade pública: conceito, objetivos, princípios, métodos de escrituração e sistemas de contas. Aspectos jurídicos e contábeis do patrimônio público: bens, direitos e obrigações (dívida fundada e fluante). Plano de contas: aspectos gerais e composição do plano de contas. Inventário: conceito, princípios, fases e avaliação dos elementos patrimoniais. Demonstrações contábeis - balanços: orçamentário, financeiro e patrimonial, e demonstração das variações patrimoniais. Instrumentos de planejamento e orçamentos: plano plurianual,

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual. Orçamento público: conceito, princípios e conteúdo da proposta orçamentária. Classificações orçamentárias: classificação legal da receita e classificação legal da despesa; classificação institucional, funcional-programática e econômica. Créditos adicionais. Receita e despesa extraorçamentárias. Execução orçamentária: fases da receita - previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento; e fases da despesa - programação, licitação, empenho, liquidação e pagamento. Restos a pagar. Aspectos legais da gestão fiscal relativos à: lei de diretrizes orçamentárias, lei orçamentária anual, programação financeira, metas de resultados nominal e primário, gestão da receita, gestão da despesa, gestão patrimonial, escrituração e consolidação das contas. Licitações - Lei n.º 14.133: objetivos, objeto, princípios, modalidades, condições e critérios para habilitação e julgamento, tipos de licitação e sanções. Controle da administração pública: controle interno e controle externo. Ética profissional.
VIGILANTE AMBIENTAL	Português Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Conhecimentos Específicos Fundamentos de Meio Ambiente e Ecologia: Noções gerais de ecologia, ecossistemas e ciclos biogeoquímicos. Poluição ambiental (água, solo e ar) e impactos ambientais. Desenvolvimento sustentável, Agenda 21, Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Conservação e manejo de recursos naturais (água, solo, fauna, flora). Recuperação de áreas degradadas e gestão ambiental. Saúde Pública e Vigilância Ambiental: Relação entre meio ambiente e saúde. Vetores e espécies sinantrópicas (culicídeos, roedores, animais peçonhentos). Vigilância e controle de zoonoses. Qualidade da água, saneamento básico, resíduos sólidos e esgoto. Educação ambiental e sanitária. Legislação Ambiental e Administrativa: Constituição Federal (Artigos 5º, 6º, 37º e 225º). Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998). Lei de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999). Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000). Licenciamento Ambiental (Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97). Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997). Sistema Estadual do Meio Ambiente – SIEMA, Ceará (Lei Complementar Nº 231). Competências do IBAMA, ICMBio, órgãos estaduais (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima – SEMA; Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE) e municipais. Práticas Operacionais do Vigilante Ambiental.
TÉCNICO AMBIENTAL	Português Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais,

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Conhecimentos Específicos Aspectos gerais da questão ambiental: problemas, causas e consequências; Fundamentos da ecologia; Desenvolvimento sustentável; Noções de climatologia e mudanças climáticas; Principais formas de poluição do ar, da água e do solo, seus impactos sobre o meio ambiente e as estratégias de prevenção e controle; Avaliação de impactos ambientais; Educação ambiental: conceitos, aspectos legais e principais conferências nacionais e internacionais; Gestão de resíduos sólidos; Aplicação de tecnologias limpas e reciclagem; Recuperação de áreas degradadas, matas ciliares e controle da erosão; Geomorfologia; Uso e ocupação do solo; Noções de geoquímica ambiental; Análise química do solo, do ar e da água; Planejamento dos recursos hídricos; Monitoramento de indicadores ambientais; Implementação de políticas, planos e programas ambientais; Licenciamento e auditoria ambiental; Equipamentos de medição e monitoramento ambiental; Levantamentos e diagnósticos ambientais; Identificação de riscos ambientais; Controle de vetores e doenças relacionadas ao meio ambiente. Legislação Ambiental e Administrativa: Constituição Federal (Artigos 5º, 6º, 37º e 225º). Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981); Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998); Lei de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999); Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Código Florestal (Lei nº 12.651/2012). SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9.985/2000); Licenciamento Ambiental (Resoluções CONAMA 001/86 e 237/97); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997); Sistema Estadual do Meio Ambiente – SIEMA, Ceará (Lei Complementar nº 231); Diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico (Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020); Competências do IBAMA, ICMBio, órgãos estaduais (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima – SEMA; Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE) e municipais.
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Português Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Conhecimentos Específicos Ética profissional. Bioética. Legislação em Enfermagem. Acolhimento e humanização na atenção à saúde. Administração de medicamentos. Atenção a pessoas portadoras de condições crônicas de saúde. Cuidados paliativos e domiciliares. Feridas e curativos. Primeiros socorros/suporte básico de vida. Sala de vacina e procedimentos em imunização. Procedimentos técnicos de enfermagem. O papel do técnico de enfermagem para a segurança do paciente. Assistência técnica de enfermagem na saúde da criança, da mulher, do adulto e do idoso. Assistência técnica de enfermagem nos agravos clínicos e cirúrgicos. Assistência técnica de enfermagem em urgência e emergência. Assistência técnica de enfermagem em

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	saúde mental e atenção psicossocial. Políticas de saúde e Sistema Único de Saúde.
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	Português Compreensão e interpretação de textos. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase.
	Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE.
	Conhecimentos Específicos 1. Normas, Ética e Legislação Profissional: Legislação do ASB, conduta profissional, ética, atribuições secundárias. 2. Anatomia e Fisiologia Oral / Humana: Estruturas básicas da cavidade oral, identificação anatômica, tecidos moles e duros. 3. Biossegurança e Controle de Infecção: Esterilização, desinfecção, precauções universais, descarte de resíduos. 4. Instrumental Odontológico / Materiais: Tipos de instrumental, uso, manutenção, manipulação de materiais básicos. 5. Radiologia Básica / Proteção Radiológica: Noções sobre técnicas, segurança, processamento. 6. Prevenção e Promoção da Saúde Bucal: Higiene oral, campanhas educativas, fluoretação, escovação, uso de fio dental. 7. Primeiros Socorros / Emergências Básicas. 8. Microbiologia Oral Básica / Doenças Infectocontagiosas. 9. Assistência em Procedimentos odontológicos sob supervisão: Auxílio em procedimentos, preparação de ambiente, apoio no atendimento.

NÍVEL SUPERIOR	
ANALISTA AMBIENTAL	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase.
	Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE.
	Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos Legislação Ambiental: Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente. Lei nº 9.605/1998 – Crimes Ambientais. Lei nº 9.433/1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos. Lei nº 9.985/2000 – SNUC. Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal. Normas de regulação e fiscalização ambiental. Licenciamento e Gestão Ambiental: Licenciamento Ambiental. Socioeconomia relacionada ao licenciamento ambiental. Infraestrutura e gestão ambiental no licenciamento. Monitoramento, regulação, controle, fiscalização e auditoria ambiental. Zoneamento ambiental e ordenamento territorial. Poluição e Controle Ambiental: Proteção da atmosfera. Poluição sonora. Controle ambiental por registro. Áreas contaminadas, remediação ambiental e dispersantes químicos. Gestão de resíduos sólidos e substâncias perigosas. Ciências Ambientais Aplicadas: Noções de Pedologia. Noções de Fitossanidade. Segurança Química. Noções de Química Ambiental. Noções de Ecotoxicologia. Noções de Economia Ambiental.
ASSISTENTE SOCIAL	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti -CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Norma Operacional Básica – NOBSUAS. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90). Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/94). Decreto que regulamenta o Programa Bolsa Família (Decreto nº 5.209/2004). Lei Orgânica da Seguridade Social (Lei 8.212/91). Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/90). Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 2.488/2011). Núcleo de Apoio à Saúde da Família – Ferramentas para a gestão e o trabalho cotidiano (Ministério da Saúde – Cadernos de Atenção Básica, nº 39/2014). Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. As expressões da questão social na contemporaneidade o Serviço Social no Brasil. As transformações no mundo do trabalho no capitalismo atual e as demandas para o Serviço Social. Ética Profissional do Serviço Social: fundamentos éticos, Projeto ético-político, códigos de ética profissional (1947, 1965, 1975 e 1986). Lei de regulamentação da profissão (Lei 8.662/93) e Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS 273/93). Serviço Social e Direitos Sociais na atual conjuntura brasileira. Serviço Social e Interdisciplinaridade. Instrumentalidade e mediação no trabalho do Assistente Social. Estado, Sociedade, Políticas Públicas

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	e Serviço Social. Pobreza e desigualdade social no Brasil. A Seguridade Social brasileira: fundamentos históricos e tendências atuais. Planejamento Social. Serviço Social e Família. Pesquisa em Serviços Social.
AUDITOR FISCAL	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos Direito Constitucional: Constituição: conceito, conteúdo, estrutura e classificação; interpretação e aplicação das normas constitucionais. Poder constituinte; Emenda à Constituição. Hierarquia das normas jurídicas. Princípio da supremacia da Constituição. Controle de constitucionalidade: difuso e concentrado. Conceitos do Estado e de Nação. Elementos constitutivos do Estado. Formas de Estado, Formas de Governo. Organização do Estado Brasileiro: divisão espacial do poder. Estado Federal. União. Estados Federados. Municípios: criação, competência e autonomia. Repartição de competências. Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais da administração pública. Servidores públicos. Poder Legislativo. Estrutura e funções. Organização, funcionamento atribuições. Processo legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Executivo: atribuições e responsabilidades. Estrutura e funções. Crimes de responsabilidade. Poder Judiciário: jurisdição, organização, competência e funções. Súmulas Vinculantes. Finanças Públicas. Normas gerais. Orçamento Público. Direitos e garantias fundamentais. Habeas corpus, habeas data, mandado de segurança, mandado de injunção, Ação Civil Pública e Ação Popular. Ordem econômica e financeira. Da Política Urbana; Lei Orgânica Municipal; Direito Administrativo: Conceito, objeto e fontes do Direito Administrativo. Princípios Gerais e constitucionais do Direito Administrativo brasileiro. Organização administrativa: administração direta e indireta, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. Ato administrativo. Conceito, requisitos, elementos pressupostos e classificação. Vinculação e discricionariedade. Revogação, invalidação e convalidação. Licitação: conceito, finalidades, princípios e objeto; Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação; Modalidades; Procedimento, revogação e anulação; Sanções penais; Normas Gerais de licitação. Agentes públicos. Servidores públicos: normas constitucionais; direitos e deveres; responsabilidades dos servidores públicos (Lei de Responsabilidade Fiscal). Poderes administrativos. Serviços públicos: conceito e classificação; regulamentação e controle; competências para prestação do serviço; serviços delegados a particulares; concessões, permissões e autorizações; convênios e consórcios administrativos. Domínio público: conceito e classificação dos bens públicos; administração, utilização e alienação dos bens públicos; imprescritibilidade, impenhorabilidade e não-oneração dos bens públicos; aquisição de bens pela administração. Responsabilidade civil da administração: conceito, tipos e formas de controle. Desapropriação. Poderes administrativos. Improbidade Administrativa (Constituição Federal e Lei 8429/92). Processo administrativo. Processo administrativo disciplinar; Código Tributário Municipal: Certidão Negativa. Auto de Infração.

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Notificação. Dívida Ativa. Lançamento de Tributos. Taxas pelo Poder de Polícia. Taxas pelos Serviços Públicos; Fiscalização. Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU). Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Crédito Tributário. Isenção. Obrigação Tributária. Sujeito Passivo. Sujeito Ativo. Processo Tributário Administrativo (Impugnação de Auto de Infração); Contabilidade: conceitos; balanço patrimonial; lançamentos contábeis; Livros Fiscais e Contábeis; Plano de Conta; Pessoa Física; Pessoa Jurídica. CNPJ (Cadastro Geral de Pessoa Jurídica). Documentos de constituição de empresas. Declaração de Imposto de Renda. Crimes contra a ordem tributária. Preços públicos. O Código Tributário do Município, suas alterações e atualização. Taxas; Tributos; Impostos; Emolumentos; Fato Gerador. Isenção dos contribuintes. Responsabilidade tributária. Patrimônio: conceito, elementos e equação patrimonial. Fundamentos conceituais de ativo, passivo, receita e despesa. Principais demonstrações financeiras. Fundamentos legais e técnicos de contabilidade pública: conceito, objetivos, princípios, métodos de escrituração e sistemas de contas. Aspectos jurídicos e contábeis do patrimônio público: bens, direitos e obrigações (dívida fundada e flutuante). Plano de contas: aspectos gerais e composição do plano de contas. Inventário: conceito, princípios, fases e avaliação dos elementos patrimoniais. Demonstrações contábeis - balanços: orçamentário, financeiro e patrimonial, e demonstração das variações patrimoniais. Instrumentos de planejamento e orçamentos: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual; Orçamento Público: conceito geral, ciclo orçamentário, exercício financeiro, princípios, suas divisões e mecanismos, retificadores, Processo Orçamentário, Planejamento, Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes, Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA), Classificação Orçamentária, Sistema e Princípios, Orçamentários. Proposta Orçamentária, Planejamento, Programação e Execução do Orçamento, Controle, Interno e Externo, Exercício Financeiro, Créditos Adicionais, Cumprimento das Metas, Receitas e Despesas, Vinculações Constitucionais. Fundos Especiais. Limites. Créditos adicionais: conceito, classificação, condições gerais de sua ocorrência, indicação e especificação de recursos; Auditoria Governamental: Estrutura e Controle na Administração Pública. Finalidades, Objetivos, Abrangência, Formas e Tipos de Auditoria Governamental, Normas Fundamentais de Auditoria, Plano/Programa, Técnicas, Achados e Evidências de Auditoria, Papéis de Trabalho, Parecer e Relatório de Auditoria.
EDUCADOR FÍSICO	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos Concepção e Importância Social da Educação Física: conhecimento do corpo, lazer e cultura popular, formação da cidadania. Metodologia da ginástica – histórico da ginástica no Brasil e no Mundo. Avaliação da Educação Física e do Esporte: Problemas e perspectivas. Conhecimentos em Anatomia Humana. Fundamentos em Biologia. Conhecimentos de Bioquímica. Conhecimentos de Fisiologia Humana. Fisiologia do Exercício. Noções de Nutrição. Conhecimentos em Musculação. Noções de

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Biomecânica. Atividades Aquáticas. Atividades físicas para Maturidade. Atividades físicas em Estados Especiais. Atividades físicas para Pessoas com Deficiência. Recreação e Jogos/Projeto de Lazer. Cinesiologia.
ENFERMEIRO	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos Código de Ética dos profissionais de enfermagem. Legislação em enfermagem e fiscalização do exercício profissional. Modalidades assistenciais: hospitalar, domiciliar, comunitária e familiar. Teorias e processo de enfermagem. Taxonomias de diagnósticos de enfermagem. Procedimentos técnicos em enfermagem. Assistência de enfermagem a pacientes com alterações das funções cardiovascular e circulatória, digestiva e gastrointestinal, metabólica e endócrina, renal e do trato urinário, reprodutiva, tegumentar, neurológica e musculoesquelética. Assistência de enfermagem aplicada à saúde sexual e reprodutiva da mulher com ênfase nas ações de baixa e média complexidade. Assistência de enfermagem à gestante, parturiente e puerpera. Assistência de enfermagem ao recém-nascido. Assistência de enfermagem à mulher no climatério e menopausa e na prevenção e tratamento de ginecopatias. Assistência de enfermagem à criança sadia. Crescimento, desenvolvimento, aleitamento materno, alimentação. Cuidado nas doenças prevalentes na infância (diarreias e respiratórias). Imunização e programas nacionais de controle de doenças. Atendimento a pacientes em situações de urgência e emergência. Emergências relacionadas a doenças do aparelho respiratório, do aparelho circulatório e psiquiátricas. Atendimento inicial ao politraumatizado. Atendimento na parada cardiorrespiratória. Violência, abuso de drogas, intoxicações, emergências ambientais. Assistência de enfermagem ao paciente crítico com distúrbios hidroeletrólitos, ácido-básicos, insuficiência respiratória e ventilação mecânica. Insuficiência renal e métodos dialíticos. Insuficiência hepática. Avaliação de consciência no paciente em coma. Doação, captação e transplante de órgãos. Assistência de enfermagem em saúde mental e atenção psicossocial. Assistência de enfermagem em gerontologia. Assistência de enfermagem ao paciente oncológico nas diferentes fases da doença e tratamentos. Quimioterapia, radioterapia e cirurgias. Cuidados paliativos e abordagem multiprofissional. Trabalho com grupos. Educação em saúde. Assistência de enfermagem perioperatória. Central de material e esterilização. Processamento de produtos para saúde. Processos de esterilização de produtos para saúde. Práticas de biossegurança aplicadas ao processo de cuidar. Segurança do Paciente. Controle de infecção hospitalar. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde. Sistematização da assistência de enfermagem. Gerenciamento de enfermagem em serviços de saúde. Promoção da saúde, prevenção de agravos e vigilância à saúde. Política Nacional de Humanização (PNH). Sistema Único de Saúde: conceitos, fundamentação legal, diretrizes e princípios, participação popular e controle social. Diagnóstico de Saúde na Comunidade. Planejamento, organização, direção, controle e avaliação. Indicadores de Saúde. A integralidade da atenção em Saúde. Redes de Atenção à Saúde.

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ENGENHEIRO AGRÔNOMO	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos Segurança do trabalho agrícola; Gênese, morfologia e física do solo; Levantamento e classificação dos solos; Fertilidade do solo e nutrição de plantas; Manejo e conservação dos solos; Entomologia agrícola; Fitopatologia aplicada; Construções rurais; Fisiologia vegetal; Manejo de plantas invasoras; Produção de Culturas (Fruteiras, hortaliças, grandes culturas e forragens); Silvicultura; Administração e comercialização rural; Produção animal (monogástricos e ruminantes); Pós colheita de frutas e hortaliças; Irrigação e drenagem; Mecanização agrícola; Agrometeorologia; Práticas de convivência com o semiárido; Agroecologia; Agricultura de precisão; Biotecnologia na agricultura; Manejo integrado de pragas e doenças; Assistência Técnica e Extensão Rural; Legislação sanitária animal (Trânsito animal, Programa Nacional de Vigilância para a Febre Aftosa e Programa Nacional de Sanidade Avícola) e vegetal (Lei federal nº 10.711 – 2003 e Lei do estado do Ceará nº 12.228 – 1993); Genética e Melhoramento Vegetal; Recuperação de áreas degradadas; e Legislação e crédito rural.
ENGENHEIRO AMBIENTAL	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico.

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Conhecimentos Específicos Legislação Ambiental e suas alterações: Constituição Federal, leis ambientais federais, estaduais e municipais. Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente e alterações. Lei nº 9.605/1998 – Crimes Ambientais e alterações. Lei nº 9.433/1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos e alterações. Lei nº 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e alterações. Lei nº 12.651/2012 – Código Florestal e alterações. Lei nº 9.795/1999 – Educação Ambiental e alterações. Lei nº 11.105/2005 – Organismos geneticamente modificados e alterações. Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei nº 14.026/2020 – Diretrizes de saneamento básico. Resoluções CONAMA: Resoluções nº 274/2000, nº 357/2005, nº 430/2011 e suas alterações; resolução nº 404/2008 e suas alterações; resolução nº 420/2009 e suas alterações; resolução nº 382/2006 e suas alterações; resoluções nº 1/1986 e nº 237/1997, e suas alterações. Lei Complementar nº 231 – Sistema Estadual do Meio Ambiente – SIEMA, Ceará. Competências do IBAMA, ICMBio, órgãos estaduais (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima – SEMA; Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE). Órgãos e Legislações ambientais municipais: Estatuto das Cidades e instrumentos de controle do uso e ocupação do solo. Licenciamento e Gestão Ambiental: Licenciamento Ambiental, monitoramento, controle, fiscalização, publicidade e auditoria ambiental. Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), métodos de avaliação, estudos ambientais EIA e RIMA, danos ambientais e riscos ambientais. Normas ISO 14.000. Planejamento ambiental e territorial: zoneamento ambiental; ordenamento do uso do solo. Planejamento ambiental para o desenvolvimento sustentável, gestão de áreas contaminadas. Ecologia geral e aplicada, ecossistemas brasileiros e sucessões ecológicas. Conservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Hidrologia, recursos hídricos, bacias hidrográficas. Noções de meteorologia e climatologia. Noções de Geoprocessamento. Saúde, Segurança e Educação Ambiental. Desenvolvimento sustentável. Mercados e créditos de carbono. Recuperação de Áreas Degradadas. Saneamento básico, gestão e gerenciamento. Contaminação e Poluição Ambiental: atmosférica, hídrica, do solo, sonora e visual.
FARMACÊUTICO	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos 1. Legislação e Ética Profissional Código de Ética da Profissão Farmacêutica. Medicamentos Genéricos (Lei Federal nº 9.787/1999). Medicamentos Sujeitos a Controle Especial (Portaria SVS/MS nº 344/1998, atualizações – RDC nº 784/2023 e RDC nº 471/2021). Boas práticas de distribuição, armazenamento e de transporte de medicamentos RDC nº 304/2019. 2. Farmacoepidemiologia e Farmacoeconomia Conceitos fundamentais. Estudos de Utilização de Medicamentos. Conceitos e aplicações de

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Farmacoeconomia. Farmácia Clínica. Princípios gerais e conceitos. Planejamento e implementação da farmácia clínica. Interações medicamentosas. Reações adversas a medicamentos: conceito, classificação, etiologia, diagnóstico e fatores relacionados ao paciente. 4. Fundamentos de Farmacologia A ciência dos medicamentos: noções gerais. Preparações medicamentosas. Agonistas e antagonistas. Riscos e benefícios do uso de fármacos. Farmacodinâmica e farmacocinética (absorção, distribuição, metabolismo e excreção). 5. Farmacologia Específica Sistema Cardiovascular e Hemostasia: antianginosos, anticoagulantes, antiplaquetários, fibrinolíticos. Sistema Gastrointestinal: inibidores da secreção de HCl; antieméticos. Inflamação e Sistema Imune: AINEs, Glicocorticóides, anti-histamínicos, fármacos para gota e doenças reumáticas. Sistema Nervoso Central: ansiolíticos, hipnóticos, antidepressivos, estabilizadores do humor, anticonvulsivantes e antipsicóticos. Sistema Respiratório: Tratamento de asma e DPOC. Antimicrobianos: antibacterianos, antivirais, antifúngicos e antimicobacterianos (tratamento da tuberculose e hanseníase). Imunobiológicos.
FISIOTERAPEUTA	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos Anatomia geral. Fisiologia geral. Neuroanatomia. Cinesiologia. Fisioterapia geral: efeitos fisiológicos, indicações e contraindicações de termoterapia - fototerapia - hidroterapia - massoterapia - cinesioterapia - eletroterapia - manipulação vertebral. Fisioterapia em traumatologia, ortopedia e reumatologia. Fisioterapia em neurologia. Fisioterapia em ginecologia e obstetrícia. Fisioterapia em pediatria, geriatria e neonatologia. Fisioterapia em cardiovascular. Fisioterapia e amputação: prótese e órteses-mastectomias. Fisioterapia em pneumologia; fisioterapia respiratória: fisioterapia pulmonar - gasimetria arterial; insuficiência respiratória aguda e crônica; infecção do aparelho respiratório; avaliação fisioterápica do paciente crítico; ventilação mecânica - vias aéreas artificiais: indicações da ventilação mecânica, modos de ventilação mecânica, desmame da ventilação mecânica. Fisioterapia na saúde do trabalhador: conceito de ergonomia, doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho, práticas preventivas no ambiente de trabalho. Fisioterapia em pré e pós-operatório. Fisioterapia em U.T.I. Assistência fisioterapêutica domiciliar -Reabilitação Baseada na Comunidade (RBC). Ética e legislação profissional.
FONOAUDIÓLOGO	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos 1. Audiologia Bases anatômicas e funcionais do sistema auditivo. Avaliação audiológica clínica: procedimentos subjetivos e objetivos. Indicação, seleção, adaptação e acompanhamento do dispositivo de amplificação sonora individual (DASI). Audiologia Ocupacional: efeitos do ruído, vibração e outros agentes ambientais sobre a audição, prevenção e monitoramento da saúde auditiva no ambiente de trabalho. Audiologia Educacional: atuação do fonoaudiólogo no contexto escolar e educacional. 2. Linguagem Desenvolvimento típico e atípico da linguagem oral e escrita. Transtornos do desenvolvimento da linguagem (TDL). Distúrbios de linguagem decorrentes de alterações neurológicas congênitas ou adquiridas, fatores psíquicos, psiquiátricos e/ou contextos socioambientais. Transtornos fonológicos: prevenção, avaliação e intervenção. Transtornos de aprendizagem da linguagem escrita: dislexia, disortografia e discalculia, avaliação e intervenção fonoaudiológica. 3. Motricidade Orofacial Sistema sensorio-motor oral: desenvolvimento e funcionalidade. Avaliação e terapia miofuncional orofacial. Alterações mio funcionais orofaciais e suas implicações na fala, mastigação, sucção respiração e deglutição. Fisiologia da deglutição e suas alterações. Deformidades craniofaciais e repercussões nas funções orofaciais. 4. Voz Fundamentos da produção vocal: anatomia, fisiologia e neurofisiologia da voz. Disfonias funcionais e orgânicas: classificação, avaliação e terapia fonoaudiológica. Prevenção e promoção da saúde vocal. 5. Neurofuncional Neurofisiologia dos sistemas envolvidos na fala, linguagem, deglutição e comunicação. Funções neurolinguísticas e suas alterações. Avaliação e reabilitação fonoaudiológica em pacientes com distúrbios neurológicos. 6. Saúde Coletiva e Fonoaudiologia Aleitamento materno: Papel do fonoaudiólogo na promoção, apoio e manejo. 7. Ética e Legislação Código de Ética da Fonoaudiologia. Legislação profissional vigente: atribuições e competências do fonoaudiólogo.
MÉDICO PSIQUIATRA	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos Transtornos do Neurodesenvolvimento. Espectro da Esquizofrenia e Outros Transtornos Psicóticos. Transtorno Bipolar e Transtornos Relacionados. Transtornos Depressivos. Transtornos de Ansiedade. Transtorno Obsessivo-compulsivo e Transtornos Relacionados. Transtornos Relacionados a Trauma e a Estressores. Transtornos Dissociativos. Transtorno de Sintomas Somáticos e Transtornos Relacionados. Transtornos Alimentares. Transtornos da Eliminação. Transtornos do Sono-Vigília. Disfunções Sexuais. Disforia de Gênero. Transtornos Disruptivos, do Controle de Impulsos e da Conduta. Transtornos Relacionados a Substâncias e Transtornos Aditivos. Transtornos Neurocognitivos. Transtornos da Personalidade. Transtornos Parafílicos Psicoterapias. Psicofarmacologia.
MÉDICO VETERINÁRIO	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos Saúde Pública Veterinária e Saúde Única: Importância da Medicina Veterinária na Saúde Única. SUS e vigilância na saúde. História natural das doenças e níveis de prevenção. Planejamento e execução da defesa sanitária animal. Diretrizes gerais para erradicação e prevenção da febre aftosa. Fundamentos de vigilância à saúde: vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental. Vigilância epidemiológica como política de saúde: construção, atribuição e operacionalização do sistema de vigilância em diferentes níveis. Uso da epidemiologia na caracterização e investigação de surtos. Noções de saneamento: abastecimento e tratamento de água, doenças relacionadas à água; esgotamento sanitário, doenças relacionadas aos esgotos; coleta e destinação de resíduos sólidos, legislação e normas técnicas; drenagem de águas pluviais; saneamento como controle de endemias. Epidemiologia, Biossegurança e Zoonoses:

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Epidemiologia geral: definições, conceitos e agentes etiológicos. Fundamentos da epidemiologia: construção de indicadores epidemiológicos, morbidade, mortalidade. Métodos epidemiológicos: principais tipos de estudos epidemiológicos (descritivos, analíticos, transversais, coorte, caso-controle). Vigilância epidemiológica: princípios, sistema de notificação, indicadores de morbidade e mortalidade, uso de técnicas para controle de agravos. Epidemiologia descritiva: índice endêmico, séries cronológicas, estimativa de população. Epidemiologia e profilaxia. Biossegurança em atividades veterinárias. Doenças infecciosas e parasitárias: aspectos clínicos, vigilância epidemiológica e controle. Zoonoses de importância em saúde pública: raiva, leishmaniose cutânea e visceral, leptospirose, brucelose, tuberculose, toxoplasmose, hidatidose, cisticercose, esquistossomose, esporotricose, criptococose, carbúnculo, tétano, encefalomielites, mormo, dengue, hantavirose, febre maculosa, febre amarela, COVID-19, gripe aviária, larva migrans. Doenças de notificação obrigatória ao MAPA. Controle populacional de cães e gatos. Biologia e controle de vetores, roedores, reservatórios e animais peçonhentos. Inspeção, Fiscalização e Higiene de Produtos de Origem Animal: Higiene e proteção dos alimentos: cuidados higiênico-sanitários na obtenção e beneficiamento, flora microbiana patogênica e alterações. Legislação vigente: RIISPOA, legislação federal, estadual (Ceará) e municipal (Mauriti), código de vigilância sanitária, legislação sobre zoonoses. Legislação no julgamento tecnológico e sanitário: classificação e funcionamento de estabelecimentos. Inspeção de carnes, leite e derivados, pescado, ovos, mel e subprodutos. Manipulação, acondicionamento, conservação e transporte de alimentos de origem animal. Higiene veterinária e inspeção sanitária: condições de transporte, abate sanitário, tecnologia, processamento, inspeção, fiscalização e comercialização. Boas práticas de fabricação e sistema APPCC na produção de alimentos de origem animal. Vigilância sanitária no comércio de alimentos de origem animal: doenças transmitidas por alimentos, controle físico-químico e microbiológico. Clínica, Produção, Bem-Estar e Nutrição Animal: Clínica médica e cirúrgica de animais de companhia: principais enfermidades de cães e gatos. Clínica e produção de bovinos, caprinos, ovinos, suínos, aves e equinos: sanidade, reprodução, nutrição. Nutrição animal e Bromatologia. Fundamentos teóricos de bem-estar animal e bioética. Manejo e comportamento animal. Produtos veterinários: uso responsável de antimicrobianos, endectocidas e inseticidas em grandes e pequenos animais. Ciências Básicas e Fundamentos da Medicina Veterinária: Fisiologia veterinária: funções vegetativas (sangue, coagulação, circulação sanguínea, respiração); funções de relação (sistema nervoso central e autônomo). Microbiologia veterinária: morfologia, citologia, fisiologia, genética e ecologia geral de bactérias, fungos e vírus. Parasitologia veterinária: conceitos, relações entre seres vivos, adaptação e ação dos parasitas, origem do parasitismo. Imunologia veterinária: formas de imunidade, soros e vacinas. Ética e Legislação Profissional: Deontologia veterinária. Código de Ética do Médico Veterinário (Resolução CFMV nº 1138/2016). Ética profissional e legislação.
NUTRICIONISTA	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional; Código de Ética e de Conduta do Nutricionista (2018); Programa Nacional de Alimentação e Nutrição; Legislação Federal e Estadual Relacionada à área. Portarias da Anvisa. Nutrição Fundamental: Digestão, biodisponibilidade, absorção e metabolismo de macronutrientes e micronutrientes. Necessidades nutricionais e dependências. Diagnósticos nutricionais. Antropométricos: padrões de referência, indicadores: vantagens, desvantagens e interpretação, avaliação nutricional do adulto: índice de massa corporal classificação de Garrow; Dietéticos: recordatório 24 horas, inquérito de frequência de consumo, registro dietético; Bioquímicos, avaliação da massa muscular corpórea. (Índice de creatina-altura, 3 metil – histidina urinária), avaliação do estado nutricional proteico (hematócrito e hemoglobina, proteínas ribonucleases, pseudocolinesterase, fibronectina, somatomedina), avaliação de competência imunológica (contagem total de linfócitos ou linfocitometria, testes cutâneos), índices prognósticos. Dietoterapia: nas enfermidades pulmonares, nas enfermidades cardiovasculares, nas enfermidades do aparelho digestivo, nas enfermidades do fígado e do sistema biliar, nas enfermidades renais, nas enfermidades endócrinas e do metabolismo, dietoterapia por carência nutricional e condições de estresse, no pós-operatório, nas alergias, nas neuropsíquicas. Unidades de Alimentação e Nutrição: (objetivos e características, planejamento físico, recursos humanos, abastecimento e armazenamento, distribuição, cistos, lactário, banco de leite e cozinha dietética). Anatomofisiologia digestória e endócrina. Farmacologia básica e aplicação com interações fármaco nutrientes. Nutrição normal: definição, leis de alimentação, requerimentos e recomendações de nutrientes – Alimentação enteral e parenteral. Nutrição nos Ciclos da Vida: Planejamento, avaliação e cálculo de dietas e ou cardápio para crianças de 0-2 anos, pré-escolar, escolar, adolescente, gestantes, nutrízes, lactentes, lactantes, adultos, idosos e coletividade sadia. Aleitamento Materno: composição do leite materno, fatores que interferem na sua produção e técnicas de aleitamento. Alimentos: Propriedades físico-químicos, higiene, microbiologia e controle de qualidade. Legislação de alimentos: Boas práticas de fabricação, rotulagem, informação nutricional obrigatória, informação nutricional complementar e alimentos funcionais e orgânicos.
ODONTÓLOGO	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos 1. Saúde Coletiva / Políticas Públicas de Saúde Bucal: SUS: estrutura, princípios, modalidades de atenção (atenção básica, especialidades, níveis de referência). Política Nacional de Saúde Bucal / Brasil Sorridente. Epidemiologia em saúde bucal: índices, levantamentos, vigilância, indicadores.

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	2. Ética, Legislação e Responsabilidades Profissionais: Código de Ética Odontológica. Normas do CRO/CFO, responsabilidade técnica, aspectos legais do exercício profissional. 3. Patologia Oral / Estomatologia: Doenças bucais comuns: lesões de mucosa, neoplasias, infecções, lesões associadas a doenças sistêmicas. Diagnóstico: semiologia oral, exames complementares, interpretação clínica. 4. Dentística e Materiais Dentários: Materiais restauradores (resinas, amálgama, ionômero, cimentações). Restaurações diretas/indiretas, preparo cavitário, técnicas minimamente invasivas. Selantes, proteção do complexo dentino-pulpar. 5. Periodontia: Doenças gengivais e periodontais: etiologia, diagnóstico, tratamento básico. Raspagem, alisamento radicular, manutenção periodontal. 6. Endodontia: Diagnóstico de lesões pulpares, tratamento de canal, re-tratamento. 7. Odontopediatria: Desenvolvimento dentário, dentição decídua e mista, traumatismos em dentes de crianças. Anestesia em crianças, pulpotomias, restaurações em dentes decíduos. 8. Cirurgia Oral Menor / Emergências Odontológicas: Extrações simples, biópsias, manejo de abscessos, controle de complicações, urgências. 9. Radiologia Odontológica / Imaginologia: Técnicas intra e extra-orais, interpretação de radiografias, efeitos biológicos dos raios X, proteção radiológica. 10. Farmacologia e Anestesiologia: Anestésicos locais, técnicas de anestesia, complicações anestésicas. Analgésicos, anti-inflamatórios, antibioterapia, interações medicamentosas. 11. Emergências Médicas em Odontologia: Reações alérgicas, síncope, choque, convulsões, primeiros socorros. 12. Materiais de Apoio / Diagnóstico Complementar: Instrumental, exames laboratoriais, exames de imagem, interpretação. 13. Saúde Bucal de Populações Específicas: Crianças, gestantes, pessoas com deficiência, pacientes com doenças crônicas (ex.: diabetes, hipertensão).
PROCURADOR JURÍDICO	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos Código de Processo Civil 1. Direito e os conflitos de interesses. Formas de soluções de conflitos: Conciliação; Transação; Mediação (Resolução no 125/2010 e Lei no 13.140/2015); Arbitragem. Princípios gerais de processo civil. 2. Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais. Jurisdição. Ação. Competência. 3. Dos sujeitos do processo. Das partes e dos procuradores. Da capacidade processual. Dos deveres das partes e de seus procuradores: Dos deveres; Da responsabilidade das partes por danos processuais; Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas; Da gratuidade da justiça. Dos procuradores. Da sucessão das partes e dos procuradores. Do litisconsórcio. Da intervenção de terceiros. Assistência. Denúnciação a lide. Chamamento ao processo. Do incidente de desconsideração

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

da personalidade jurídica. Do *amicus curiae*. 4. Do juiz e dos auxiliares da justiça. Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz. Dos impedimentos e da suspeição. Dos auxiliares da justiça. Do escrivão, do chefe de secretaria e do oficial de justiça. Do perito. Do depositário e do administrador. Do intérprete e do tradutor. Dos conciliadores e mediadores judiciais. Do ministério público. Da advocacia pública. Da defensoria pública. 5. Dos atos processuais. Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais. Da forma dos atos processuais: Dos atos em geral; Da prática eletrônica de atos processuais; Dos atos das partes; Dos pronunciamentos do juiz; Dos atos do escrivão ou do chefe de secretaria. Do tempo e do lugar dos atos processuais. 6. Dos prazos: Disposições gerais; Da verificação dos prazos e das penalidades. Da comunicação dos atos processuais: Das disposições gerais; Da citação; Das cartas; Das intimações; Das nulidades. Da distribuição e do registro. Do valor da causa. 7. Da tutela provisória. Disposições Gerais. Da tutela de urgência. Da tutela de evidência. 8. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. Do procedimento comum. Da petição inicial: Dos requisitos da petição inicial; Do pedido; Do indeferimento da petição inicial. Da improcedência liminar do pedido. Da audiência de conciliação e mediação. Da contestação. Da reconvenção. Da audiência de instrução e julgamento. Das Provas. Da sentença e da coisa julgada: Disposições gerais; Dos elementos e dos efeitos da sentença; Da coisa julgada; Da ação rescisória. 9. Dos recursos: Apelação; Agravo de instrumento; Embargos de declaração; Recurso ordinário; Recurso especial; Recurso extraordinário.

Direito Constitucional

1. Teoria geral do direito constitucional. Conceito. Classificação. Hermenêutica. Aplicação da norma constitucional no tempo. Poder constituinte e constituído. Princípios Fundamentais. 2. Dos direitos e garantias fundamentais: Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Dos direitos sociais; Da nacionalidade; Dos direitos políticos; Dos partidos políticos. 3. Da organização do estado: Da organização político administrativa. Da união. Dos estados federados. Dos municípios. Do distrito federal e dos territórios. Da administração pública: Disposições gerais; Dos servidores públicos. 4. Da organização dos poderes. Do poder legislativo (arts. 44 a 75, CF). Do poder executivo (arts. 76 a 91, CF). Do poder judiciário (arts. 92 a 135, CF). 5. Da tributação e do orçamento. Do sistema tributário nacional: Dos princípios gerais; Das limitações do poder de tributar; Dos impostos da união; Dos impostos dos estados e do distrito federal; Dos impostos dos municípios; Da repartição das receitas tributárias. Das finanças públicas: Normas gerais; Dos orçamentos. 6. Da ordem econômica e financeira. Dos princípios gerais da atividade econômica. Da política urbana. Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária. Do sistema financeiro nacional. 7. Da ordem social. Disposição geral. Da seguridade social: Disposições gerais; Da saúde; Da previdência social; Da assistência social. Da educação, da cultura e do desporto (arts. 205 a 217, CF). Da comunicação social. Do meio ambiente. Da família, da criança, do adolescente, do jovem e do idoso. Dos Índios. 8. Lei Orgânica do Município de Mauriti. 9. Constituição do Estado do Ceará.

Direito Civil

1. Lei de introdução às normas do direito brasileiro (Decreto Lei 4.657/1942 e suas alterações com a Lei no 12.376/10). 2. Das pessoas naturais. Da personalidade e da capacidade (arts. 1 a 10, CC). Dos direitos de personalidade (arts. 11 a 21, CC). 3. Das pessoas jurídicas: Disposições gerais. Das associações. Das fundações. Do domicílio. 4. Dos bens públicos (arts. 98 a 103, CC). Do negócio jurídico (arts. 104 a 184, CC). Da invalidade do negócio jurídico (arts. 166 a 184, CC). Dos atos jurídicos lícitos (art. 185, CC). Dos atos jurídicos ilícitos (arts. 186 a 188, CC). Da prescrição e da decadência (art. 189 a 211, CC). Da prova (arts. 212 a 232).

Direito Administrativo

Direito administrativo: Natureza jurídica. Conceito. Fontes. Regime jurídico-administrativo. 2. Administração pública: Princípios fundamentais. Deveres administrativos. Poderes administrativos. Organização da Administração Pública: entidades políticas. Entidades administrativas. Noções de centralização, descentralização e desconcentração. Criação das entidades da administração indireta. Entidades em espécie: Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações Públicas: criação e extinção, estrutura, natureza jurídica, regime jurídico, características, servidores, extinção; e consórcios públicos: contrato de rateio. Contrato de programa. 3. Órgãos e agentes públicos: Órgãos públicos: Conceito, características. Capacidade processual. Classificação. Agentes públicos. 4. Servidores públicos: Cargo, emprego e função pública. Princípios constitucionais dos servidores públicos. Provimento. Direitos, vantagens, deveres, proibições e responsabilidade dos servidores públicos. Regime disciplinar. Sindicância e processo administrativo disciplinar (PAD). Poder de Polícia. Restrições do Estado Sobre a Propriedade Privada: Função social da propriedade. Tombamento. Servidão Administrativa. Desapropriação. 5. Atos administrativos: Conceito.

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Classificações. Requisitos de validade e atributos dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Mérito e motivação do ato administrativo. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. 6. Responsabilidade civil da administração pública: Conceito. Evolução. Fundamentos justificadores da responsabilidade objetiva e subjetiva do Estado. Danos de obra pública. Ação de reparação do dano: particular x administração. Ação regressiva: administração x agente público. Responsabilidades administrativa, civil e penal do agente público. 7. Contratos administrativos: Conceito. Objetivo e características gerais. Prerrogativas de direito público da administração contratante. Prazo de duração e prorrogação dos contratos administrativos. Responsabilidade pela execução e respectivos encargos do contrato. Recebimento do objeto do contrato. Extinção dos contratos administrativos. Teoria de imprevisão e Teoria do Fato do Príncipe. Principais contratos administrativos. Convênios administrativos. Consórcio Administrativo. Terceirização. 8. Controle da administração pública: Conceito. Características. Controle exercido pela administração sobre seus atos. Controle legislativo. 9. Bens públicos: Conceito. Classificação. Características. Espécies. Afetação e desafetação. Uso privativo de bens públicos por particulares. 10. Intervenção do Estado na propriedade e no domínio econômico: Autorização constitucional. Fundamentos da intervenção. Competência. Modos de intervenção. Atuação do Estado no domínio econômico. 11. Lei de licitações e contratos da administração pública (Lei n.º 14.133/2021) e alterações posteriores. 12. Lei de improbidade administrativa (Lei n.º 8. 429/1992, Lei 14.230/2021) e alterações posteriores. 13. Lei de responsabilidade na gestão fiscal (Lc n.º 101/2000) e alterações posteriores. 14. Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei no 8. 112/1990) e alterações posteriores.
PSICÓLOGO	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos História da Psicologia: principais correntes, influências, contribuições e teóricos. Saúde Mental: concepção de saúde e doença; conceito de normal e patológico; contribuições da psiquiatria, psicologia e psicanálise; Reforma Psiquiátrica. Teorias da Personalidade: principais correntes teóricas e técnicas. Teóricas e técnicas psicoterápicas. Psicodiagnóstico: a função do diagnóstico, instrumentos disponíveis e suas aplicabilidades. Psicopatologia. Psicologia do Desenvolvimento: todas as fases do desenvolvimento. As famílias contemporâneas e os novos arranjos familiares. Psicologia da Aprendizagem. Psicologia organizacional: Teorias psicológicas aplicadas à organização. O indivíduo nas organizações, Motivação, Liderança. Psicologia Social: Teorias e técnicas grupais, Funcionamento e fases do grupo, Papéis, Comunicação, Conflito. Psicologia, Políticas Públicas e Direitos Humanos: o papel do profissional de Psicologia inserido nas Políticas Públicas. Código de Ética Profissional do Psicólogo e Resoluções do Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região e do Conselho Federal de Psicologia.
TERAPEUTA	Português

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

OCUPACIONAL	Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Conhecimentos Específicos A história da Terapia Ocupacional. A Terapia Ocupacional no Brasil. Os Modelos Teóricos de atuação. Desenvolvimento infantil normal e patológico. Envelhecimento. Anamnese, avaliação e recursos terapêuticos. Funções Musculares. Análise da atividade. A prática da Terapia Ocupacional nos processos neurológicos, traumato ortopédicos e reumatológicos. Tecnologias Assistivas: definição, prescrição e aplicação. Órteses: conceito, prescrição, avaliação e confecção.
-------------	---

NÍVEL SUPERIOR (MAGISTÉRIO)

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Legislação Educacional Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Parâmetros Curriculares
--	--

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Nacionais (PCN). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Lei nº 13005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Estadual nº 16.025 - Plano Estadual de Educação do Ceará (2016-2024). Lei Municipal nº 1.322/2015 - Plano Municipal de Educação de Mauriti (2015-2025). Resolução CNE/CEB nº 1/2021 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Decreto nº 5.626/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Conhecimentos Específicos Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2009: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): a etapa da Educação Infantil. Conceitos e concepções de criança e de infância. As contribuições de Friedrich Fröebel, Maria Montessori, John Dewey e Loris Malaguzzi para a Educação Infantil. O brincar, as brincadeiras, os brinquedos e as rotinas na Educação Infantil. Organização do tempo, do espaço, dos materiais e das atividades. Corpo e movimento na Educação Infantil. Documentos norteadores para prática no Ensino Fundamental: Base Nacional Comum Curricular - BNCC e Diretrizes Curriculares do Estado do Ceará (DCRC/ CEARÁ/2019). Projeto Político Pedagógico. Regimento Escolar. Planejamento (tipos e etapas), metodologias e avaliação (em larga escala, institucional e da aprendizagem). Teoria Curricular. Educação inclusiva. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Plano Nacional de Educação – PNE. Plano Estadual de Educação – PEE. Multiculturalidade, interculturalidade, transversalidade, transdisciplinaridade, interdisciplinaridade e contextualização. Fundamentos do processo de alfabetização e letramento.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Legislação Educacional Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Lei nº 13005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Estadual nº 16.025 - Plano Estadual de Educação do Ceará (2016-2024). Lei Municipal nº 1.322/2015 - Plano Municipal de Educação de Mauriti (2015-2025). Resolução CNE/CEB nº 1/2021 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Decreto nº 5.626/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Conhecimentos Específicos Planejamento e avaliação na Educação Física Escolar; Inclusão e diversidade nas aulas de Educação Física; O ensino dos esportes na Educação Física escolar; Política Educacional Brasileira e Educação Física escolar; Bases Sócio-Históricas da Educação Física; A

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Interdisciplinaridade como Fundamento para a Construção de uma Proposta Curricular em Educação Física; Esporte, Saúde e Cultura na diversidade de conteúdos nas aulas de Educação Física Escolar; O ensino dos Jogos e brincadeiras como conteúdo da Educação Física Escolar.
PROFESSOR DE GEOGRAFIA - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Legislação Educacional Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Lei nº 13005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Estadual nº 16.025 - Plano Estadual de Educação do Ceará (2016-2024). Lei Municipal nº 1.322/2015 - Plano Municipal de Educação de Mauriti (2015-2025). Resolução CNE/CEB nº 1/2021 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Decreto nº 5.626/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Conhecimentos Específicos 1. A Geografia como ciência: correntes e concepções do pensamento geográfico; 2. Os conceitos geográficos: paisagem, lugar, região, território e redes; 3. Cidades e Redes urbanas no Brasil; 4. A globalização e a nova ordem do espaço geográfico mundial; 5. Aspectos Naturais do território brasileiro: aproveitamento econômico e impactos ambientais; 6. Brasil: Dinâmicas Territoriais e econômicas; 7. As Transformações Recentes da Agricultura Brasileira; 8. Estrutura Agrária no Brasil: as relações de produção e de trabalho no campo; 9. Mudanças na demografia brasileira; 10. A configuração das regiões geoeconômicas: Ceará e Nordeste.
PROFESSOR DE HISTÓRIA - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Legislação Educacional Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Lei nº 13005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Estadual nº 16.025 - Plano Estadual de Educação do Ceará (2016-2024). Lei Municipal nº 1.322/2015 - Plano Municipal de Educação de Mauriti (2015-2025). Resolução CNE/CEB nº 1/2021 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Decreto nº 5.626/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Conhecimentos Específicos 1. O pensamento histórico, historiografia e ensino da história: 1.1. Abordagens teóricas e metodológicas no ensino de História; cultura, gênero, direitos humanos, meio ambiente, diversidade étnico racial no ensino de História. 1.2. Base Nacional Comum Curricular para o Ensino de História. 2. A Organização social, política, econômica, cultural e religiosa: 2.1 Egito, Mesopotâmia, Pérsia; 2.2 Grécia e Roma: sua dinâmica, relações, rupturas e transformações. 2.3 Incas, Maias e Astecas: organização e dinâmica. 3. Sociedade europeia do século V ao XV: sociedade, política, economia e cultura, sua dinâmica e transformações. 3.1. A Cristianização da Europa. 4. África: reinos africanos dos séculos V ao XV. 4.1 Civilizações Pré-coloniais Africanas: Zimbábue, Congo, Mali. 4.2 África: processos de escravização e diáspora dos povos africanos. 5. Europa Moderna: Renascimento, Reformas e Contrarreformas Religiosas; Estados Nacionais Modernos, expansão marítima e comercial e o colonialismo; o tráfico transoceânico; 5.1 A constituição do mundo capitalista: Revolução Industrial; Ciência, Filosofia e pensamento da modernidade; 6. O mundo contemporâneo: da Primeira Guerra Mundial aos desafios geopolíticos da contemporaneidade. 7. Dinâmica e transformações sociais, políticas, econômicas e culturais no Brasil. 7.1 Escravidão indígena e africana no Brasil colonial: processos de dominação e resistência; 7.2 Cultura e religiosidade africana e indígena no Brasil Colonial. 8. Movimento independentista e formação do Estado no Brasil. 8.1 Brasil Império: sociedade, política, economia e cultura no Primeiro e Segundo Império. 8.2 Revoluções e movimentações no Brasil: Cabanagem, Balaiada, Farroupilha, Sabinada, Revolta dos Malês, Quebra Quilos; 8.3 Abolição e Movimento Republicano no Brasil. 9. O Brasil entre o final do século XIX e início do XXI: dos primeiros movimentos republicanos à afirmação da República Brasileira; Urbanização, saneamento, saúde e doença; De Vargas a Castelo – a República Brasileira; Ditadura militar, redemocratização e incertezas do tempo presente; 10. História do Ceará e do Cariri: dos processos de ocupação e produção dos espaços à contemporaneidade. 10.1 A produção historiográfica do Ceará e do Cariri dos séculos XIX e XX; 10.2 Ocupação do território e formação de núcleos urbanos no Ceará e Cariri; 10.3 O Ceará e o Cariri nos movimentos políticos da primeira metade do século XIX; 10.4 Negros no Ceará; 10.5 A questão religiosa de Juazeiro do Norte. A República e a Oligarquia Accioly. 10.6 Coronelismo e Cangaço; 10.7 O movimento operário no Ceará da primeira República; 10.8 A Sedição de Juazeiro; 10.9 A experiência sócio religiosa do Caldeirão; 10.10 Os governos dos coronéis na segunda metade do século XX; 10.11 A “geração Cambéba” e os discursos de modernização e reforma do
--	---

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Estado no final do século XX; 10.12 O Processo de metropolização de Fortaleza e do Cariri; 10.13 Os movimentos sociais, culturais, religiosos e étnicos contemporâneos no Cariri Cearense.
PROFESSOR DE LETRAS INGLÊS - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Legislação Educacional Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Lei nº 13005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Estadual nº 16.025 - Plano Estadual de Educação do Ceará (2016-2024). Lei Municipal nº 1.322/2015 - Plano Municipal de Educação de Mauriti (2015-2025). Resolução CNE/CEB nº 1/2021 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Decreto nº 5.626/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Conhecimentos Específicos Process of word formation (derivation, inflection and compounding). Syntactic structure of simple and complex sentences Structure, function and meaning of verb tenses (present, past and future) and aspects (simple, continuous and perfect). Modal and auxiliary verbs. Direct speech and reported speech. The teaching of phonemes and their allophones to the development of oral skills. Techniques of reading comprehension applied to different text genres. Teaching vocabulary to write different text genres. The teaching of English as a lingua franca in Brazilian public schools. Types of assessment of students' learning.
PROFESSOR DE LETRAS PORTUGUÊS - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfosintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política,

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Legislação Educacional Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Lei nº 13005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Estadual nº 16.025 - Plano Estadual de Educação do Ceará (2016-2024). Lei Municipal nº 1.322/2015 - Plano Municipal de Educação de Mauriti (2015-2025). Resolução CNE/CEB nº 1/2021 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Decreto nº 5.626/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Conhecimentos Específicos A pontuação na construção dos sentidos no texto. As condições de produção do texto (interlocutores, finalidade, conteúdo, estratégias enunciativas) e os processos de construção da argumentação. Convenções de escrita no texto: acentuação e ortografia. Gêneros do discurso: conceito e características da redação escolar, do texto narrativo paradigmático e da canção popular. Os processos de formação das palavras e a construção de sentidos no texto. Processos coesivos na construção textual. Sintaxe de concordância verbal e nominal. Sintaxe de regência verbal e nominal. Sintaxe do período composto e a construção dos sentidos no texto. Variedades linguísticas.
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	Português Compreensão e interpretação de textos com domínio das relações morfossintáticas, semânticas, discursivas e argumentativas. Tipologia textual. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Pontuação. Formação e emprego das classes de palavras. Significação de palavras. Sintaxe da oração e do período. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Emprego do sinal indicativo de crase. Conhecimentos Gerais 1. Estado e Sociedade: elementos do Estado, a organização dos três Poderes e finalidades constitucionais, o papel do Estado na sociedade, direitos e deveres do Cidadão, formação social do Estado brasileiro; 2. Descobertas e inovações científicas na atualidade e seus respectivos impactos na sociedade contemporânea; 3. Urbanização, pobreza e desigualdade social no Brasil; 4. Esporte, cultura, lazer e sociedade brasileira: arte, arquitetura, cinema, jornais, política, revistas, televisão e atualidades; 5. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE; 6. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Ceará e do Município de Mauriti-CE. Raciocínio Lógico Estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica proposicional. Proposições simples e compostas. Equivalências lógicas. Tabelas-verdade. Diagramas lógicos. Lógica de primeira ordem. Princípio fundamental da contagem e probabilidade. Conjuntos. Problemas envolvendo raciocínio lógico. Legislação Educacional Lei nº 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações. Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Lei nº 13005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Estadual nº 16.025 - Plano Estadual de Educação do Ceará (2016-2024). Lei Municipal nº 1.322/2015 - Plano Municipal de Educação de Mauriti (2015-

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

2025). Resolução CNE/CEB nº 1/2021 - Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Decreto nº 5.626/2005, que Regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais.

Conhecimentos Específicos

Raciocínio lógico: estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Lógica sentencial ou proposicional. Proposições simples e compostas. Tabelas verdade. Equivalências. Leis de Morgan. Diagramas lógicos. Teoria elementar dos conjuntos: noções elementares da teoria dos conjuntos. Subconjuntos - operações: união, interseção, diferença e complementar. Conjunto universo e conjunto vazio. Domínio e contradomínio. Conjuntos dos números naturais, inteiros, racionais e irracionais, reais e complexos. Funções: conceito de funções, funções pares e ímpares, funções periódicas, funções injetoras, sobrejetoras e bijetoras. Composição de funções. Inversão de Funções. Funções afim, quadrática, modular. Mínimo e máximo de uma função quadrática. Gráfico de uma função. Matrizes, determinantes e sistemas lineares: operações. Propriedades de matrizes e determinantes. Transposição e Inversão de uma matriz. Matrizes equivalentes. Matriz singular e não singular. Matriz associada a um sistema de equações lineares. Resolução e discussão de sistemas lineares via matrizes. Redução gaussiana. Regra de Cramer. Teorema de Rouché-Capelli. Logaritmos e Função Exponencial: Definição. Propriedades. Mudança de base. Equações e inequações logarítmicas e exponenciais. Análise Combinatória e Probabilidade: Princípio fundamental da contagem. Permutações, Arranjos e Combinações. Binômio de Newton. Eventos e espaço amostral. Espaços amostrais contínuos e discretos. Lei da adição. Lei da multiplicação. Probabilidade condicional. Regra da probabilidade total. Áreas Planas: área dos triângulos, dos quadriláteros e dos polígonos regulares, do círculo, do segmento circular, do setor circular e da coroa circular, relações métricas entre áreas e figuras equivalentes. Geometria Analítica: Ponto. Distância entre pontos. Equação da reta. Paralelismo e perpendicularismo. Ângulo entre retas. Distância entre ponto e reta. Circunferência. Elipse, parábolas e hipérboles. Lugares geométricos e interpretações de equações de 2º grau. Intercessões entre figuras geométricas. Polinômios: definição. Grau de um polinômio. Operações e identidades polinomiais. Divisão por binômio de primeiro grau. Divisão de polinômios. Regra de Briot Ruffini. Raízes de polinômios e sua relação entre seus coeficientes. Regra de Descartes. Teorema fundamental da álgebra. Fatoração e produtos notáveis. Trigonometria: Trigonometria no triângulo retângulo - relações de seno, cosseno e tangente no triângulo retângulo, operações com as relações trigonométricas no triângulo retângulo, relações trigonométricas em um triângulo qualquer. Circunferência trigonométrica- relações trigonométricas na circunferência (seno, cosseno, tangente, cotangente e cossecante). Relações trigonométricas na circunferência - as relações fundamentais entre seno, cosseno, tangente, cotangente, secante e cossecante.

ANEXO VI – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

**QUADRO 1
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Auditor Fiscal	As atribuições do cargo público de Auditor Fiscal são as previstas em legislação municipal específica, qual seja, Lei Municipal nº 1.810/2023, ou as que vierem a lhes substituir.

**QUADRO 2
GABINETE DO PREFEITO**

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Agente de Trânsito	As atribuições do cargo público de Agente de Trânsito são as previstas em legislação municipal específica, qual seja, Lei Municipal nº 695/2006, ou as que vierem a lhes substituir.

**QUADRO 3
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Procurador Jurídico	As atribuições do cargo público de Procurador Jurídico são as previstas em legislação municipal específica, qual seja, Lei Complementar nº 001/2019, ou as que vierem a lhes substituir.

**QUADRO 4
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Analista Ambiental	O Analista Ambiental é responsável por elaborar, analisar e acompanhar projetos voltados à proteção, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais, atuando na gestão ambiental e agrícola integrada. Entre suas atribuições estão a análise de processos de licenciamento e fiscalização ambiental, elaboração de pareceres técnicos, desenvolvimento de programas de educação ambiental, apoio a práticas de agricultura sustentável, monitoramento de recursos naturais, gestão de resíduos sólidos e saneamento, além da participação em conselhos e comissões ambientais. Também realiza vistorias técnicas, produz relatórios e estudos ambientais, contribuindo de forma interdisciplinar para o planejamento e a execução de políticas públicas que conciliem desenvolvimento rural e conservação ambiental.
Engenheiro Agrônomo	O Engenheiro Agrônomo é responsável por planejar, orientar e executar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável da

ANEXO VI – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

	agricultura, abrangendo o manejo de solos, uso racional da água, produção vegetal e animal, e tecnologias agropecuárias. Atua diretamente com produtores rurais, promovendo boas práticas agrícolas, controle de pragas e doenças, conservação dos recursos naturais e aumento da produtividade de forma sustentável. Também elabora e executa projetos técnicos, presta assistência técnica e extensão rural, colabora com políticas públicas de incentivo à agricultura familiar e agroecologia, além de participar de programas integrados de desenvolvimento rural e de segurança alimentar.	
Engenheiro Ambiental	O Engenheiro Ambiental da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente tem como atribuição principal o planejamento, execução e monitoramento de ações voltadas à preservação e recuperação ambiental, com foco na sustentabilidade dos territórios urbanos e rurais. Desenvolve projetos relacionados ao controle da poluição, gestão de resíduos sólidos, recursos hídricos, eficiência energética e mitigação de impactos ambientais. Atua também na elaboração de pareceres técnicos, estudos de impacto ambiental e avaliação de riscos, além de fiscalizar e propor melhorias em sistemas de saneamento e tratamento de efluentes. Sua atuação é estratégica para integrar o desenvolvimento agrícola com a conservação dos ecossistemas locais.	
Técnico Ambiental	O Técnico Ambiental da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente executa atividades de apoio técnico-operacional voltadas à proteção, conservação e monitoramento dos recursos naturais, prestando suporte em vistorias, licenciamento, fiscalização ambiental e educação ambiental. Auxilia na coleta e análise de dados ambientais, elaboração de relatórios técnicos, acompanhamento de projetos de reflorestamento, controle de erosão e conservação do solo e da água. Também contribui com ações educativas em escolas e comunidades, participa da implementação de programas ambientais e presta apoio em atividades de campo, sendo um elo fundamental entre a gestão pública e a realidade ambiental do território.	
Médico Veterinário	O Médico Veterinário da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente atua na promoção da saúde animal, segurança sanitária e vigilância epidemiológica, contribuindo para a qualidade da produção agropecuária e a saúde pública. Entre suas atribuições estão o acompanhamento de programas de controle de zoonoses, inspeção de produtos de origem animal, orientação sanitária a produtores e criadores, além da fiscalização de estabelecimentos agroindustriais e feiras agropecuárias. Também participa de ações de educação sanitária, controle de doenças infectocontagiosas, bem-estar animal e rastreabilidade da produção, sendo peça-chave para garantir a qualidade da cadeia produtiva e a sustentabilidade da agropecuária local.	

ANEXO VI – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

QUADRO 5
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGO	VAGAS
Assistente Social	O Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação atua na promoção da inclusão social e garantia de direitos dos estudantes, especialmente em situação de vulnerabilidade. Suas atribuições incluem o acompanhamento de casos de evasão, infrequência e problemas sociofamiliares, articulação com a rede de proteção social e serviços intersetoriais, realização de visitas domiciliares e escuta qualificada de estudantes e famílias. Também contribui com ações de combate à violência, preconceito e abandono escolar, promovendo a equidade no acesso, permanência e sucesso dos alunos no ambiente escolar.
Educador Físico	O Educador Físico da Secretaria Municipal de Educação desenvolve atividades voltadas à promoção da saúde, qualidade de vida e desenvolvimento motor dos alunos, por meio de programas extracurriculares, projetos esportivos, jogos escolares e ações intersetoriais de combate ao sedentarismo. Atua em articulação com unidades escolares e equipes multidisciplinares para promover atividades físicas inclusivas, orientar hábitos saudáveis e incentivar a prática esportiva como instrumento de cidadania e inclusão social.
Nutricionista	As atribuições do cargo público de Nutricionista são as previstas em legislação municipal específica, qual seja, Lei Complementar nº 1.510/2018, ou as que vierem a lhes substituir.
Professor Educação Física	O Professor de Educação Física da rede municipal de ensino atua na formação integral dos estudantes por meio de aulas curriculares que desenvolvem habilidades motoras, cognitivas e socioemocionais. Planeja, executa e avalia atividades esportivas, jogos e práticas corporais, promovendo o trabalho em equipe, o respeito às diferenças e a valorização da cultura corporal. Também pode colaborar em eventos escolares, feiras esportivas e projetos interdisciplinares relacionados à saúde, inclusão e bem-estar dos alunos.
Professor Geografia	O Professor de Geografia atua no ensino dos aspectos físicos, sociais, econômicos e culturais do espaço geográfico, promovendo nos alunos a compreensão crítica da realidade e do território em que vivem. Planeja aulas que relacionam conteúdos como cartografia, meio ambiente, globalização e desigualdades socioespaciais com o cotidiano dos estudantes, utilizando recursos diversos e metodologias ativas. Contribui com a formação cidadã ao discutir temas como sustentabilidade, urbanização e relações de poder no espaço geográfico.
Professor História	O Professor de História é responsável por promover a compreensão crítica dos processos históricos que moldam a sociedade,

ANEXO VI – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

	desenvolvendo no aluno a capacidade de análise, interpretação e valorização da diversidade cultural e das lutas sociais. Atua com temas como cidadania, direitos humanos, cultura afro-brasileira e indígena, além de contextualizar acontecimentos históricos locais, nacionais e globais. Planeja aulas que incentivam o pensamento reflexivo, utilizando fontes históricas e metodologias que aproximam o conteúdo da vivência dos estudantes.
Professor Letras Inglês	O Professor de Letras – Inglês ensina a língua inglesa de forma contextualizada, promovendo a comunicação oral e escrita, a compreensão cultural e o letramento multilíngue. Planeja atividades que favorecem o desenvolvimento da escuta, fala, leitura e escrita, integrando temas contemporâneos, uso de tecnologias e metodologias interativas. Também contribui para ampliar o repertório cultural dos alunos e prepará-los para o uso da língua em contextos reais de interação global.
Professor Letras Português	O Professor de Letras – Português é responsável pelo ensino da língua portuguesa em suas múltiplas dimensões: leitura, produção textual, análise linguística e literatura. Planeja atividades que desenvolvem a competência comunicativa dos alunos, promovendo a reflexão sobre o uso da linguagem, a valorização da diversidade linguística e a formação crítica do leitor e do produtor de textos. Também trabalha com gêneros textuais variados e promove o acesso à literatura como forma de expressão, identidade e cultura.
Professor Matemática	O Professor de Matemática atua no desenvolvimento do raciocínio lógico, resolução de problemas e construção do conhecimento matemático dos alunos, promovendo a compreensão de conteúdos como aritmética, geometria, álgebra e estatística. Planeja aulas que utilizam metodologias ativas, tecnologias e situações do cotidiano para tornar a matemática significativa e acessível. Também estimula o pensamento crítico, a investigação e a aplicação prática dos conceitos matemáticos na vida real.
Professor Polivalente (Pedagogia)	O Professor Polivalente, formado em Pedagogia, atua nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil, sendo responsável pelo processo de alfabetização, letramento, introdução à matemática, ciências, artes e demais áreas do conhecimento. Desenvolve práticas pedagógicas que promovem o desenvolvimento integral dos alunos — cognitivo, emocional, motor e social — por meio de atividades lúdicas, interativas e contextualizadas. Planeja, executa e avalia projetos pedagógicos em parceria com a equipe escolar, respeitando a diversidade e os tempos de aprendizagem de cada criança.
Psicólogo	O Psicólogo da Secretaria Municipal de Educação atua na promoção da saúde mental e no apoio psicossocial de estudantes, professores e equipes escolares. Realiza escutas individuais, mediação de conflitos, orientação às famílias, e ações de prevenção ao bullying, violências e

ANEXO VI – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

evasão escolar. Também participa da construção de ambientes escolares acolhedores e saudáveis, contribuindo com a formação continuada dos profissionais da educação, elaboração de estratégias de inclusão e fortalecimento dos vínculos escolares.

QUADRO 6
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Fiscal de Tributos	O Fiscal de Tributos da administração municipal é responsável por fiscalizar o cumprimento da legislação tributária, garantindo a correta arrecadação dos tributos de competência do município, como ISS, IPTU, ITBI e taxas diversas. Suas atribuições incluem a realização de vistorias e diligências em imóveis e estabelecimentos, verificação de documentos fiscais e contábeis, apuração de créditos tributários, identificação de irregularidades, lavratura de autos de infração e notificações fiscais. Também atua na orientação aos contribuintes, análise de processos de lançamento, revisão, isenção ou imunidade tributária, além de colaborar na atualização da legislação fiscal e na melhoria dos sistemas de controle e arrecadação, contribuindo para a justiça fiscal e o equilíbrio financeiro do município.

QUADRO 7
SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Educador Social	O Educador Social da Secretaria Municipal de Proteção Social e do Trabalho atua na promoção da inclusão, proteção e desenvolvimento de indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações socioeducativas, culturais e formativas. Suas atribuições envolvem o planejamento e execução de atividades com crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos atendidos pelos serviços da assistência social, como CRAS, CREAS, abrigos e centros de convivência, visando o fortalecimento de vínculos, a promoção da cidadania e o desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais. Também realiza escuta qualificada, acompanha usuários em situações de risco, contribui para a construção de planos individuais e participa de ações intersetoriais com educação, saúde, trabalho e direitos humanos, atuando como elo entre o território e a política pública de assistência social.

QUADRO 8
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ANEXO VI – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Enfermeiro	O Enfermeiro da Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela organização, execução e supervisão das ações de assistência e cuidado integral aos usuários dos serviços de saúde, atuando na atenção primária, especializada ou hospitalar. Planeja e executa procedimentos técnicos, coordena equipes de enfermagem, realiza atendimentos, acolhimentos e monitoramento de condições agudas e crônicas, além de atuar em programas de prevenção, imunização, saúde da mulher, da criança, do idoso e de doenças transmissíveis. Também participa de ações educativas, elabora protocolos e fluxos de atendimento e contribui para a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.
Farmacêutico	O Farmacêutico da Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela gestão, dispensação e controle de medicamentos e insumos, assegurando seu uso racional e seguro pela população. Atua na Farmácia Básica, em unidades de saúde e na Vigilância Sanitária, realizando atividades como controle de estoque, avaliação de prescrições, orientação aos usuários, farmacovigilância e participação em comissões de padronização e segurança do paciente. Também pode exercer atividades técnicas relacionadas a análises clínicas, controle de qualidade e assistência farmacêutica no âmbito do SUS.
Fisioterapeuta	O Fisioterapeuta da Secretaria Municipal de Saúde atua na promoção, prevenção e reabilitação da saúde física e funcional de usuários com limitações motoras, respiratórias, neurológicas ou musculoesqueléticas. Realiza avaliação clínica e funcional, elabora planos terapêuticos individualizados, aplica técnicas de cinesioterapia, eletroterapia, terapia manual e outras, contribuindo para a autonomia e a qualidade de vida dos pacientes. Atua em unidades de saúde, centros de reabilitação e em domicílio, integrando equipes multiprofissionais no cuidado continuado e humanizado.
Fonoaudiólogo	O Fonoaudiólogo da Secretaria Municipal de Saúde é responsável pela prevenção, avaliação, diagnóstico e intervenção nas áreas da comunicação oral e escrita, audição, voz e deglutição. Atua com usuários de diferentes faixas etárias, promovendo o desenvolvimento da linguagem, reabilitação de distúrbios da fala e audição, adaptação de aparelhos auditivos e orientação familiar. Também integra equipes multiprofissionais em serviços de reabilitação, saúde mental e atenção básica, contribuindo com ações educativas, triagens e cuidados específicos para a inclusão social e escolar dos pacientes.
Médico Veterinário	O Médico Veterinário da Secretaria Municipal de Saúde atua nas ações de vigilância sanitária, ambiental e epidemiológica, com foco na prevenção de zoonoses e na promoção da saúde pública. Realiza

ANEXO VI – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

	o controle populacional de animais, campanhas de vacinação antirrábica, investigação de surtos zoonóticos, inspeção sanitária de alimentos de origem animal e orientação à população sobre cuidados com animais domésticos e silvestres. Também colabora com ações intersetoriais de meio ambiente, saúde e bem-estar animal, contribuindo para o controle de agravos e promoção da saúde coletiva.
Médico Psiquiatra	O Médico Psiquiatra da Secretaria Municipal de Saúde é responsável pelo diagnóstico, acompanhamento e tratamento de transtornos mentais e comportamentais, atuando em centros de atenção psicossocial (CAPS), unidades básicas de saúde ou hospitais. Realiza atendimentos clínicos, prescreve medicamentos, elabora planos terapêuticos e acompanha a evolução dos pacientes, integrando equipes multiprofissionais em estratégias de cuidado em saúde mental. Também contribui com ações de desinstitucionalização, acolhimento em crise, prevenção ao suicídio e reinserção social dos usuários.
Odontólogo	O Odontólogo da Secretaria Municipal de Saúde atua na promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população, realizando atendimentos clínicos em unidades básicas de saúde e serviços especializados. Suas atividades incluem diagnóstico e tratamento de doenças bucais, restaurações, extrações, ações de periodontia, endodontia, educação em saúde bucal e atendimentos de urgência. Também participa de programas de prevenção, como escovação supervisionada e aplicação tópica de flúor, integrando equipes da atenção primária e contribuindo para o bem-estar geral dos usuários.
Técnico em Saúde Bucal	O Técnico em Saúde Bucal da Secretaria Municipal de Saúde atua em parceria com o cirurgião-dentista, auxiliando nos atendimentos odontológicos, na organização dos materiais e na execução de atividades preventivas e educativas em saúde bucal. Prepara o paciente para os procedimentos, realiza a instrumentação durante o atendimento, cuida da biossegurança dos ambientes odontológicos e participa de ações comunitárias voltadas à promoção da saúde bucal. Sua atuação é fundamental para a qualificação do cuidado prestado nas equipes de saúde bucal da atenção básica.
Técnico em Enfermagem	O Técnico em Enfermagem da Secretaria Municipal de Saúde presta assistência direta aos usuários nos diferentes níveis de atenção, sob supervisão do enfermeiro, executando procedimentos como administração de medicamentos, curativos, aferição de sinais vitais, coleta de exames, imunização e cuidados com higiene e conforto. Atua em unidades básicas, hospitais, pronto atendimentos e programas domiciliares, contribuindo para a promoção, prevenção e recuperação da saúde, sempre pautado em princípios éticos e de humanização do cuidado.
Terapeuta	O Terapeuta Ocupacional da Secretaria Municipal de Saúde atua na

ANEXO VI – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Ocupacional	reabilitação e promoção da autonomia de indivíduos com limitações físicas, mentais ou sociais, utilizando atividades terapêuticas para restaurar ou desenvolver habilidades para a vida diária, trabalho e lazer. Atende crianças, adultos e idosos, individualmente ou em grupo, em unidades de saúde, CAPS, centros de reabilitação e domicílios, promovendo a inclusão e a participação social. Integra equipes multiprofissionais, contribuindo para o cuidado integral e humanizado dos usuários do SUS.
Vigilante Ambiental	O Vigilante Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde é responsável por realizar ações de vigilância, prevenção e controle de doenças transmitidas por vetores e reservatórios, como dengue, chikungunya, zika e leishmaniose. Executa inspeções domiciliares, orienta a população sobre medidas preventivas, identifica criadouros e focos de vetores, aplica larvicidas e participa de campanhas educativas. Também atua na vigilância de qualidade da água, controle de roedores e saneamento ambiental, sendo fundamental para o enfrentamento de agravos endêmicos no território municipal.

ANEXO II – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONCURSO

DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO		
DATA/PERÍODO	MODALIDADE	EVENTOS
16 de setembro de 2025	<u>ON-LINE</u>	DIVULGAÇÃO DO EDITAL Site: cev.urca.br
18 e 19 de setembro de 2025	<u>ON-LINE</u>	PERÍODO DE FORMULAÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE ITENS DO EDITAL E-mail: mauriti2025@urca.br
22 de setembro de 2025	<u>ON-LINE</u>	RESPOSTAS DAS SOLICITAÇÕES DE IMPUGNAÇÃO DE ITENS DO EDITAL COM REDIVULGAÇÃO (SE NECESSÁRIO) Site: cev.urca.br
22 a 24 de setembro de 2025	<u>ON-LINE</u>	PERÍODO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO E ANEXAR DOCUMENTOS PARA OS CANDIDATOS DE TODAS AS CATEGORIAS Site: cev.urca.br
30 de setembro de 2025	<u>ON-LINE</u>	DIVULGAÇÃO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA - <u>DEFERIDOS E INDEFERIDOS</u> Site: cev.urca.br
01 e 02 outubro de 2025	<u>ON-LINE</u>	PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO <u>ON-LINE</u> CONTRA OS PEDIDOS DE ISENÇÃO <u>INDEFERIDOS</u> Site: cev.urca.br
06 de outubro de 2025	<u>ON-LINE</u>	PARECER DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS ÀS ISENÇÕES <u>INDEFERIDAS</u> Site: cev.urca.br
06 de outubro de 2025	<u>ON-LINE</u>	DIVULGAÇÃO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA - <u>DEFERIDOS E INDEFERIDOS APÓS RECURSO</u> Site: cev.urca.br

DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO		
DATA/PERÍODO	MODALIDADE	EVENTOS
25 de setembro a 16 de outubro de 2025	<u>ON-LINE</u>	<u>INSCRIÇÃO ON LINE</u> DO CONCURSO Através do site: cev.urca.br
16 de outubro de 2025	<u>ON-LINE</u>	ÚLTIMO PRAZO PARA SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS E-mail: mauriti2025@urca.br
16 de outubro de 2025	<u>ON LINE</u>	<u>DATA LIMITE</u> PARA ALTERAÇÃO DOS DADOS CADATRAIS DO CANDIDATO Através do site: cev.urca.br
17 de outubro de 2025	<u>ON-LINE</u>	<u>DATA LIMITE</u> PARA PAGAMENTO DE BOLETO BANCÁRIO
22 de outubro de 2025	<u>ON-LINE</u>	RESULTADO DAS <u>INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS</u> DO CONCURSO Através do site: cev.urca.br
23 e 24 de outubro de 2025	<u>ON-LINE</u>	PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO <u>ON LINE</u> CONTRA O <u>INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES</u> Através do site: cev.urca.br
28 de outubro de 2025	<u>ON-LINE</u>	PARECER DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS AO <u>INDEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES</u> Através do site: cev.urca.br
28 de outubro de 2025	<u>ON-LINE</u>	DIVULGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA DO CONCURSO Através do site: cev.urca.br

DA APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS DO CONCURSO		
Data/Período	Modalidade	Eventos
25 a 30 de novembro 2025	<u>ON-LINE</u>	IMPRESSÃO DO <u>CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO ON LINE</u> PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS

ANEXO II – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO CONCURSO
DA APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS DO CONCURSO

		Através do site: cev.urca.br
30 de novembro de 2025	PRESENCIAL	APLICAÇÃO DAS PROVAS DO CONCURSO PODERÁ SER EM DOIS TURNOS A DEPENDER DO NÚMERO DE CANDIDATOS LOCAIS a serem divulgados no cartão de identificação.
30 de novembro de 2025	ON-LINE	DIVULGAÇÃO DOS GABARITOS PRELIMINARES DAS PROVAS A partir das 21hs Através do site: cev.urca.br
01 e 02 de dezembro de 2025	ON-LINE	PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO ON LINE CONTRA QUESTÕES E GABARITOS DAS PROVAS OBJETIVAS Através do site: cev.urca.br
08 de dezembro de 2025	ON-LINE	PARECER DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS ÀS QUESTÕES E PROVAS OBJETIVAS Através do site: cev.urca.br
10 de dezembro de 2025	ON-LINE	PREVISÃO DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS Através do site: cev.urca.br
11 de dezembro de 2025	ON-LINE	PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO ON LINE CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA Através do site: cev.urca.br
15 de dezembro de 2025	ON-LINE	PARECER DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS AO RESULTADO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA Através do site: cev.urca.br
15 de dezembro de 2025	ON-LINE	PREVISÃO DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR DA PEÇA JURÍDICA Através do site: cev.urca.br
16 de dezembro de 2025	ON-LINE	PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO ON LINE CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DA DA PEÇA JURÍDICA Através do site: cev.urca.br
18 de dezembro de 2025	ON-LINE	PARECER DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS RELATIVOS AO RESULTADO PRELIMINAR DA PEÇA JURÍDICA Através do site: cev.urca.br

DO RESULTADO DAS PROVAS DE TÍTULOS DO CONCURSO

Data/Período	Modalidade	Eventos
19 a 21 de dezembro de 2025	ON-LINE	INÍCIO DA PROVA DE TÍTULOS PARA OS CANDIDATOS DE NÍVEL SUPERIOR – ANEXAR OS TÍTULOS ATRAVÉS DA ÁREA DO CANDIDATO. Através do site: cev.urca.br
26 de dezembro de 2025	ON-LINE	PREVISÃO DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE TÍTULO DE NÍVEL SUPERIOR Através do site: cev.urca.br
27 e 28 de dezembro de 2025	ON-LINE	PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DO RESULTADO DE TÍTULO DE NÍVEL SUPERIOR Através do site: cev.urca.br
29 de dezembro de 2025	ON-LINE	PREVISÃO DE RESPOSTA DE RECURSO DO RESULTADO DE TÍTULO DE NÍVEL SUPERIOR Através do site: cev.urca.br
29 de dezembro de 2025	ON-LINE	PREVISÃO DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PARA OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR Através do site: cev.urca.br
A Definir pela prefeitura	ON-LINE	HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DO CONCURSO Através do site: cev.urca.br